



Anais da Assembléia

Nº 161

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; PFL – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; PDT – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PTB – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; PSDB – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PT – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; PL – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 111.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (49).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Ovídio Constantino e Rossoni (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. DOMINGOS CARVALHO (Pela Ordem) - Se-

Curitiba, terça, em 16.11.93

nhor Presidente, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Vinte e cinco Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 089/93

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o artigo 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de novembro de 1993 e na forma das tabelas que o integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Visa, ainda, esta proposição, a adoção de outras disposições, entre as quais destacam-se a elevação dos valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, de várias gratificações, inclusive da de Regência de Classe, assim como a fixação da remuneração dos ocupantes de cargos de Secretário de Estado e, também, a criação de alguns cargos no Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR.

A medida constante do Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário estadual e as previsões da receita do Estado para os próximos meses. Esta proposição demonstra o grande esforço e a constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (Art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de

todas as esferas de Governo, obedecendo, ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação às despesas com o funcionalismo do Estado do Paraná. A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi encaminhada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo plano de lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Trata o presente anteprojeto de lei de reajuste salarial a ser concedido aos servidores do Poder Executivo, no mês de novembro do corrente ano.

A concessão do reajuste ora proposto está de acordo com as disposições constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas líquidas correntes, e do dispositivo que determina o pagamento dos servidores até o último dia do mês.

O anteprojeto de lei contempla o funcionalismo em geral, com o índice de reajuste de 30% (trinta por cento), a partir de 01 de novembro de 1993.

Aos integrantes do magistério público estadual de 1º e 2º graus o reajuste proposto é da ordem de 35% (trinta e cinco por cento), como forma de se dar tratamento diferenciado e prioritário, tanto quanto possível, ao ensino fundamental.

Estabelece, ainda, a presente proposta, a remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, bem como os valores reajustados do salário-família, das Pensões Especiais, das Gratificações de Representação do Gabinete e de Produtividade, aplicando aos mesmos 30% (trinta por cento) de reajuste.

Propõe-se, ainda, o enquadramento dos servidores que à época da implantação da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, permaneceram na Parte Especial desse Quadro, bem como o enquadramento dos professores do Quadro Único de Pessoal - Antiga Sistemática, na Tabela VII, Quadro Único - Professor Enquadrado.

Para atender necessidades operacionais do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR, sugere-se, ainda, a criação de cargos de Auxiliar de Enfermagem, Nutricionista e de Técnico em Radiologia.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam reajustados, a partir de 01 de novembro de 1993, na forma das tabelas que constituem o anexo único desta lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados, a partir de 01 de novembro de 1993, em 30% (trinta por cento).

Art. 3º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixado em CR\$ 313.314,22 (trezentos e treze mil, trezentos e quatorze cruzeiros reais e vinte e dois centavos), sendo CR\$ 133.156,82 (cento e trinta e três mil, cento e cinquenta e seis cruzeiros reais e oitenta e dois centavos) de vencimento básico e CR\$ 180.157,40 (cento e oitenta mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros reais e quarenta centavos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 175,00 (cento e setenta e cinco cruzeiros reais) e o valor das Pensões Especiais para CR\$ 21.148,71 (vinte e um mil, cento e quarenta e oito cruzeiros reais e setenta e um centavos).

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para CR\$ 1.334,65 (um mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 6º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e o artigo 2º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em CR\$ 202,31 (duzentos e dois cruzeiros e reais e trinta e um centavos).

Art. 7º - Os servidores integrantes da Parte Especial do Quadro Geral do Estado, conforme o disposto nos incisos III e IV do artigo 8º da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passam a integrar a Parte Permanente do referido Quadro, na forma do disposto neste artigo.

§ 1º - O enquadramento dos servidores de que trata este artigo dar-se-á mediante a aplicação da tabela de correlação de cargos constante do Anexo III e do artigo

5º, da Lei nº 7.424/80 e suas atualizações, e da Lei nº 8.371, de 14 de outubro de 1986.

§ 2º - A opção pelo não enquadramento deve ser manifestada pelo servidor no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta lei.

Art. 8º - Os professores pertencentes ao Quadro Único de Pessoal - Antiga Sistemática, passam a integrar a Tabela do Quadro Único - Professor Enquadrado.

§ 1º - O enquadramento dos professores de que trata este artigo, dar-se-á observando-se a habilitação que possuem, adequando-se às cargas horárias definidas na Tabela VII do anexo único desta lei.

§ 2º - A opção pelo não enquadramento deve ser manifestada pelo professor no

Curitiba, terça, em 16.11.93

prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 9º - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR, os cargos a seguir relacionados:

Denominação	Quantidade	Nível
Auxiliar de Enfermagem	21	QE01
Nutricionista	01	QG01
Técnico em Radiologia	03	QS01

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1993, revogadas as disposições em contrário.

VALÊNCIA ANUAL DE 1993

TABELA I

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PAGOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	21.145,71	21.994,68	22.874,45	23.789,42	24.741,60	25.738,44	26.759,87	27.839,26	28.943,47	30.141,21	31.385,26
B	23.263,58	24.194,13	25.161,89	26.169,37	27.215,18	28.303,71	29.435,85	30.613,29	31.837,82	33.111,33	34.435,79
C	25.527,94	26.513,54	27.548,68	28.725,20	29.934,61	31.174,68	32.479,44	33.844,62	35.221,60	36.622,47	38.077,36
D	28.146,94	29,274,87	30,445,89	31,663,72	32,930,27	34,247,48	35,617,30	37,042,88	38,523,76	40,064,71	41,667,30
E	30.963,83	32,202,38	33,490,47	34,836,09	36,233,38	37,672,23	39,179,12	40,744,28	42,376,13	44,071,18	45,834,83
F	34.069,21	35,422,62	36,839,52	38,313,18	39,845,63	41,439,45	43,097,63	44,829,91	46,613,75	48,478,30	50,417,43
G	40.191,65	41,798,69	43,478,64	45,209,46	47,017,84	48,898,55	50,854,49	52,889,67	55,004,22	57,204,39	59,492,57
H	49.826,70	51,826,37	53,903,59	56,059,73	58,302,12	60,634,21	63,059,57	65,581,96	68,205,23	70,933,44	73,770,78
I-III	67,417,14	69,913,83	72,558,38	75,332,60	78,245,69	81,298,32	84,491,57	87,825,60	91,309,40	94,942,85	98,727,73
I-II	100,879,38	104,914,56	109,111,14	113,475,59	118,014,61	122,735,19	127,644,68	132,750,39	138,064,40	143,582,82	149,326,13
I-I	116,414,81	121,671,60	127,114,26	132,950,83	139,188,86	145,836,41	152,801,87	159,193,95	166,021,70	173,294,57	180,922,35

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PAGOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	15.641,53	16.096,60	17.155,84	17.842,07	18.555,75	19.297,90	20.069,90	20.872,79	21.707,60	22.575,91	23.478,95
B	17.447,69	18.145,59	18.871,42	19.626,28	20.411,33	21.227,78	22.076,89	22.959,97	23.878,37	24.833,50	25.826,84
C	19.192,46	19.968,15	20.758,56	21.588,90	22.452,46	23.354,56	24.298,58	25.255,96	26.266,28	27.316,85	28.409,52
D	21.111,70	21.956,17	22.834,42	23.747,79	24.697,71	25.685,61	26.713,64	27.781,56	28.892,82	30.048,53	31.250,68
E	23.222,87	24.151,78	25.117,86	26.122,57	27.167,47	28.254,17	29.384,34	30.559,71	31.782,10	33.053,38	34.375,52
F	25.545,16	26.566,86	27.629,64	28.734,83	29.884,22	31.079,59	32.322,77	33.615,68	34.960,31	36.358,72	37.813,67
G	30.142,28	31.349,62	32.602,98	33.907,10	35.263,38	36.673,91	38.140,87	39.666,51	41.253,17	42.903,29	44.619,42
H	37.377,67	38.872,78	40.427,69	42.044,89	43.726,59	45,475,65	47,294,68	49,186,47	51,153,93	53,209,68	55,328,89
I-III	65,562,88	68,185,37	70,912,79	73,749,38	76,699,27	79,767,24	82,957,93	86,274,25	89,727,38	93,316,39	97,049,84
I-II	75,659,54	78,885,92	81,833,36	85,106,69	88,518,96	92,051,40	95,733,45	99,562,79	103,545,30	107,687,11	111,994,60
I-I	87,311,11	90,883,55	94,635,49	98,513,12	102,141,64	106,227,31	110,476,40	114,895,46	119,491,28	124,270,93	129,241,77

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

PAGOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
I-III	65,562,88	68,185,37	70,912,79	73,749,38	76,699,27	79,767,24	82,957,93	86,274,25	89,727,38	93,316,39	97,049,84
I-II	75,659,54	78,885,92	81,833,36	85,106,69	88,518,96	92,051,40	95,733,45	99,562,79	103,545,30	107,687,11	111,994,60
I-I	87,311,11	90,883,55	94,635,49	98,513,12	102,141,64	106,227,31	110,476,40	114,895,46	119,491,28	124,270,93	129,241,77

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGENCIA: NOVENO DE 1993

NIVEL	VALOR
01	4,980.72
02	5,080.33
03	5,181.94
04	5,285.58
05	5,391.29
06	5,499.11
07	5,609.10
08	5,721.28
09	5,835.70
10	5,952.42
11	6,071.47
12	6,192.89
13	6,316.75
14	6,443.09
15	6,571.95
16	6,703.39
17	6,837.46
18	6,974.20
19	7,113.69
20	7,255.96
21	7,401.08
22	7,549.10
23	7,700.09
24	7,854.09
25	8,011.17
26	8,171.39
27	8,334.82
28	8,501.52
29	8,671.55
30	8,844.98

VIGENCIA NOVEMBRO DE 1993 TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SU -
PERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1.....	74,400.66
DAS-2.....	65,664.57
DAS-3.....	61,198.54
DAS-4.....	52,330.45
DAS-5.....	47,860.50

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	30,886.37
2-C.....	28,525.11
3-C.....	26,331.73
4-C.....	24,322.04
5-C.....	22,862.72
6-C.....	21,490.96
7-C.....	20,201.50
8-C.....	18,989.41
9-C.....	17,850.04
10-C.....	16,779.04
11-C.....	15,940.09
12-C.....	15,143.08
13-C.....	14,385.93
14-C.....	13,666.63
15-C.....	12,983.30

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO 1-F.....	1,875.73
2-F.....	1,592.30
3-F.....	1,404.11
4-F.....	1,127.07
5-F.....	1,030.04
6-F.....	840.82
7-F.....	652.90
8-F.....	563.54
9-F.....	460.10
10-F.....	373.05

VIGILANCIA NOVEMBRO DE 1993

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	16,858.92	19,387.76	23,265.31	26,755.11	30,768.37
2	17,701.87	20,357.15	24,420.58	28,092.86	32,306.79
3	18,586.96	21,375.01	25,650.01	29,497.51	33,922.13
4	19,516.31	22,443.76	26,932.51	30,972.38	35,618.24
5	20,492.12	23,565.94	28,279.13	32,521.00	37,399.15
6	21,516.73	24,744.24	29,693.09	34,147.05	39,269.11
7	22,592.57	25,981.45	31,177.74	35,854.40	41,232.56
8	23,722.20	27,280.52	32,736.63	37,647.12	43,294.19
9	24,908.31	28,644.55	34,373.46	39,529.48	45,458.90
10	26,153.72	30,076.78	36,092.13	41,505.95	47,731.85
11	27,461.41	31,580.62	37,896.74	43,581.25	50,118.44

VIG. 11/93

TABELA V

QUADRO UNICO

PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	16,858.92	16,858.92
2	17,701.87	17,701.87
3	18,586.96	18,586.96
4	19,516.31	19,516.31
5	20,492.12	20,492.12
6	21,516.73	21,516.73
7	22,592.57	22,592.57
8	23,722.20	23,722.20
9	24,908.31	24,908.31
10	26,153.72	26,153.72
11	27,461.41	27,461.41

FUNÇÃO - ANO DE 1973		TABELA VI												
		INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ												
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
A	21.440,71	22.442,95	23.822,01	25.298,79	26.844,49	28.473,65	30.244,11	32.162,12	34.247,27	36.510,57	38.989,48			
B	23.822,01	25.298,79	26.844,49	28.473,65	30.244,11	32.162,12	34.247,27	36.510,57	38.989,48	41.249,59				
C	26.844,49	28.473,65	30.244,11	32.162,12	34.247,27	36.510,57	38.989,48	41.249,59	43.724,79					
D	30.249,79	32.078,59	34.078,52	36.163,04	38.340,24	40.743,40	43.344,41	46.123,20	51.116,44	54.893,57				
E	34.047,24	36.162,24	38.340,24	40.743,40	43.344,41	46.123,20	51.116,44	54.893,57						
F	38.340,24	40.743,40	43.344,41	46.123,20	51.116,44	54.893,57								
G	42.922,10	46.744,12	50.794,42	55.155,82	59.849,27	64.901,97	70.379,44	76.249,82	82.507,73	89.160,01	96.230,60	102.742,25		
H	47.159,00	51.572,09	56.275,82	61.281,77	66.649,45	72.341,83	78.439,58	84.934,73	91.924,15	99.418,03	107.425,81	115.958,17	124.025,70	
I	51.844,05	56.382,00	61.172,21	66.224,51	71.641,83	77.434,19	83.611,72	90.184,82	97.164,10	104.560,91	112.395,81	120.680,41	129.425,31	
J	56.922,10	61.744,12	66.794,42	72.155,82	77.849,27	83.901,97	90.379,44	97.249,82	104.507,73	112.160,01	120.230,60	128.742,25		
K	61.744,12	66.794,42	72.155,82	77.849,27	83.901,97	90.379,44	97.249,82	104.507,73	112.160,01	120.230,60	128.742,25			
L	66.794,42	72.155,82	77.849,27	83.901,97	90.379,44	97.249,82	104.507,73	112.160,01	120.230,60	128.742,25				
M	71.159,00	76.572,09	82.275,82	88.281,77	94.649,45	101.341,83	108.379,44	115.774,15	123.548,60	131.712,81	140.287,41	149.282,31		
N	76.249,82	82.072,09	88.175,82	94.649,45	101.341,83	108.379,44	115.774,15	123.548,60	131.712,81	140.287,41	149.282,31			
O	81.159,00	87.172,09	93.475,82	100.081,77	106.984,45	114.191,83	121.712,81	129.548,60	137.712,81	146.287,41	155.282,31			
P	86.249,82	92.472,09	98.975,82	105.781,77	112.884,45	120.291,83	128.012,81	136.048,60	144.400,01	153.077,41	162.090,01	171.452,31		
Q	91.522,10	97.944,12	104.694,42	111.795,82	119.249,27	127.061,97	135.239,44	143.792,82	152.740,01	162.090,01	171.452,31			

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	19.844,02	192.001,30	198.225,55	155.442,82	143.422,49	132.701,18	122.610,35	113.204,05	104.672,31	96.712,84	89.358,44	82.563,66	76.285,34	70.481,49	65.124,74
B	20.344,31	91.004,44	94.117,78	77.721,31	71.811,24	66.250,59	61.305,18	56.843,43	52.336,15	48.356,42	44.879,32	41.801,83	39.142,84	36.882,24	34.942,37

VIGENCIA NOVENBRO DE 1993 TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	32,226.03
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	21,972.29
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	14,648.19
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	24,367.51
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	16,614.21
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	11,076.14
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	20,306.25
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	13,845.17
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	9,230.12

PROFESSORES CELETISTAS

TABELA VIII

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	376.91
	LICENCIATURA CURTA	285.00
	INAO LICENCIADO	237.50

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	18,586.96

TABELA IX

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993

DESCRICAO DO CARGO	TITULO	REGIME 1-00	REGIME 1-34(1)	REGIME 1-28(2)	REGIME 1-24	REGIME 1-20	REGIME 1-15	REGIME 1-10	REGIME 1-09
IP01 PROF. AUXILIAR N.1	105,656.76	88,847.38	74,848.28	61,633.11	52,828.38	44,823.65	36,414.19	32,011.82	19,818.64
IP02 PROF. AUXILIAR N.2	108,826.46	98,688.72	77,885.41	63,482.18	54,413.23	45,344.36	37,286.41	32,672.18	20,484.98
IP03 PROF. AUXILIAR N.3	112,891.25	93,489.38	79,397.97	65,386.56	56,845.63	46,784.69	38,622.81	33,552.34	21,817.11
IP04 PROF. AUXILIAR N.4	115,453.99	96,211.64	81,779.91	67,348.16	57,727.88	48,165.80	39,863.58	34,652.91	21,847.62
IP05 PROF. ASSISTENTE N.1	129,875.87	115,896.56	98,512.88	81,127.59	69,537.94	57,948.28	46,768.97	38,974.14	26,976.73
IP06 PROF. ASSISTENTE N.2	143,248.15	119,373.44	101,487.44	83,541.42	71,624.68	59,686.73	48,812.84	39,843.36	28,859.83
IP07 PROF. ASSISTENTE N.3	147,545.59	122,954.66	104,511.48	86,862.26	73,772.88	61,477.33	50,886.48	40,738.67	27,664.88
IP08 PROF. ASSISTENTE N.4	151,971.96	126,643.39	107,646.81	89,658.31	75,985.98	63,321.65	51,992.99	41,668.83	28,491.74
IP09 PROF. ADJUNTO N.1	161,876.14	134,875.12	114,643.85	94,412.58	80,925.87	67,437.56	54,462.53	43,718.78	30,346.98
IP10 PROF. ADJUNTO N.2	166,785.64	138,921.37	118,883.16	97,244.96	83,252.82	69,468.69	56,678.41	44,738.34	31,257.31
IP11 PROF. ADJUNTO N.3	171,786.81	143,889.81	121,625.66	100,162.31	85,853.41	71,544.51	58,926.78	45,772.25	32,195.83
IP12 PROF. ADJUNTO N.4	176,858.82	147,381.68	125,274.43	103,167.18	88,429.81	73,698.84	60,214.58	46,845.42	33,168.88
IP13 PROF. TITULAR N.1	189,738.68	157,698.48	134,843.64	110,388.88	94,619.84	78,849.38	64,389.52	49,424.68	35,482.14
IP14 PROF. TITULAR N.2	194,915.22	162,429.35	138,864.95	113,788.54	97,457.61	81,214.67	66,738.88	50,687.34	36,546.68
IP15 PROF. TITULAR N.3	200,162.87	167,382.24	142,286.89	117,111.56	100,381.34	83,651.11	68,198.67	51,825.56	37,643.88
IP16 PROF. TITULAR N.4	206,785.55	172,321.38	146,473.19	120,624.91	103,592.78	86,168.65	70,694.39	53,888.32	38,772.29

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

IA - CARGOS EFETIVOS

	COL.	I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 1	C	77,565.98	78,365.63	79,165.27	79,964.92
AGENTE FISCAL 1	B	74,367.38	75,167.03	75,966.68	76,766.34
AGENTE FISCAL 1	A	71,168.78	71,968.43	72,768.08	73,567.72
AGENTE FISCAL 2	C	67,970.19	68,769.83	69,569.48	70,369.09
AGENTE FISCAL 2	B	64,771.59	65,571.24	66,370.89	67,170.52
AGENTE FISCAL 2	A	61,572.99	62,372.64	63,172.29	63,971.91
AGENTE FISCAL 3	C	52,536.86	53,256.53	53,976.21	54,695.89
AGENTE FISCAL 3	B	49,658.12	50,377.80	51,097.48	51,817.18
AGENTE FISCAL 3	A	46,779.38	47,499.06	48,218.77	48,938.44
AGENTE FISCAL 4	D	33,216.17			
AGENTE FISCAL 4	C	30,891.03			
AGENTE FISCAL 4	B	26,772.23			
AGENTE FISCAL 4	A	21,753.28			

B - CARGOS EM COMISSAO		
CLICRS		
DIRETOR	A	99,956.35
INSP. GERAL TRIB	B	93,958.97
INSP. GERAL ARRE	B	93,958.97
INSP. GERAL FISC	B	93,958.97
CHEFE DE ASSESSO	B	93,958.97
CONSULTOR TECNICO	C	88,961.15
ASSISTENTE TECNICO	C	88,961.15
DEL. REGIONAL DE	C	88,961.15
AUXILIAR TECNICO	D	85,962.46

TABELA XI	
QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS	
VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993	
ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	63,823.07
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	60,631.92
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	57,600.32
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	54,720.31
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	51,984.29

TABELA XI											
VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993											
PILOTOS											
NIVEL CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	125,098.04	139,562.98	143,749.87	148,862.36	152,504.24	157,079.36	161,791.74	166,645.58	171,644.86	176,794.21	182,098.83
B	119,999.83	123,587.12	127,212.34	131,028.71	134,959.57	139,008.36	143,178.61	147,473.96	151,898.18	156,455.13	161,148.78
C	106,114.81	109,298.26	112,577.21	115,954.52	119,433.16	123,016.15	126,706.64	130,507.84	134,423.87	138,455.76	142,607.44
D	93,906.93	96,724.14	99,625.86	102,614.64	105,693.88	108,863.87	112,129.79	115,493.68	118,958.49	122,527.24	126,203.66
E	81,653.36	84,182.96	86,826.60	89,224.84	91,901.58	94,628.63	97,498.79	100,423.34	103,436.84	106,539.12	109,735.29

CLASSE	VALOR DE HORA/ VALOR DIURNA	VALOR DE HORA/ VALOR NOTURNA
A, B e C	1,776.68	3,553.36
D	881.33	1,762.65

VIGENCIA MAIO DE 1993

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUINIA

CLASS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	55,562.84	68,185.35	78,912.76	73,749.27	76,699.24	79,767.21	82,957.98	86,276.22	89,727.27	93,316.36	97,049.81
B	76,852.89	79,895.60	82,258.88	85,549.16	88,971.12	92,529.97	96,231.17	100,088.41	104,003.63	108,246.97	112,576.85
C	88,221.35	91,758.28	95,428.21	99,237.82	103,286.58	107,334.76	111,628.15	116,093.28	120,737.81	125,566.49	130,589.15

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR MORA ALTA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PROF. P/2	406.94	429.39	450.86	473.48	497.07	521.92	548.82	575.42	604.19	634.48	666.12
PROF. 3a	511.17	536.73	563.57	591.75	621.33	652.48	685.02	719.27	755.24	793.08	832.65

VIGENCIA MAIO DE 1993

TABELA XIV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA

CLASS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	55,562.84	68,185.35	78,912.76	73,749.27	76,699.24	79,767.21	82,957.98	86,276.22	89,727.27	93,316.36	97,049.81
B	76,852.89	79,895.60	82,258.88	85,549.16	88,971.12	92,529.97	96,231.17	100,088.41	104,003.63	108,246.97	112,576.85

VIGENCIA NOVEMBRO DE 1993

TABELA XV

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE
MEDICO LEGISTA	78,926.11	73,079.73	67,666.43	62,654.10
PERITO CRIMINAL	78,926.11	73,079.73	67,666.43	62,654.10
QUIMICO LEGAL	78,926.11	73,079.73	67,666.43	62,654.10
TOXICOLOGISTA	78,926.11	73,079.73	67,666.43	62,654.10

TABELA XV.

VIGENCIA NOVEMBRO DE 1993

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE	15a CLASSE
ESCRIVAO DE POLICIA	32,337.92	29,942.50	27,724.56	25,670.89	-
INVESTIGADOR DE POLICIA	-	-	-	-	23,337.17
DACTILOSCOPISTA	26,948.29	25,665.03	24,442.89	23,278.95	-
TECNICO TELEC. POLICIAL	-	-	-	-	-
TECNICO MANUT. POLICIAL	24,189.07	23,037.21	21,940.21	20,895.43	-
OPERADOR TELEC. POLICIAL	20,852.64	19,859.66	18,913.96	18,013.29	-
IDENTIF. DACTILOSCOP.	-	-	-	-	-
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	-	-	-	-	-
AUXILIAR DE NECROPSIA	-	-	-	-	-
PERITO POLICIAL	40,463.18	-	-	-	-
COMISSARIO	43,838.77	-	-	-	-

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993	
TABELA XVIII	
QUADRO DA POLICIA MILITAR	
FUNCAO DE NIVEL DE APERFEICOAMENTO SUPERIOR	
POSTO/GRADUACAO	S O L D O
CORONEL	88,884.13
TENENTE-CORONEL	79,995.70
MAJOR	75,616.10
FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR	
CAPITAO	63,045.39
1o. TENENTE	55,672.08
2o. TENENTE	48,234.81
ASP. A OFICIAL	40,147.80
FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO	
ALUNO DE 3o. ANO	25,641.46
ALUNO DE 2o. ANO	22,692.71
ALUNO DE 1o. ANO	21,410.61
FUNCAO DE NIVEL TECNICO	
SUBTENENTE	26,079.30
1o. SARGENTO	24,775.34
2o. SARGENTO	24,147.51
3o. SARGENTO	22,800.09
FUNCAO DE NIVEL MEDIO	
CABO	21,536.28
SOLDADO 1a. CLASSE	20,837.06
SOLDADO 2a. CLASSE	17,190.63

TABELA XVIII

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO
VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993

PROCURADOR DE 1A. CLASSE	110,239.83
PROCURADOR DE 2A. CLASSE	103,148.37
PROCURADOR DE 3A. CLASSE	92,833.54
PROCURADOR DE 4A. CLASSE	83,550.19
PROCURADOR DE 5A. CLASSE	75,195.17

TABELA XIX

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA
VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993

DELEGADO DE 1A. CLASSE	103,148.37
DELEGADO DE 2A. CLASSE	92,833.54
DELEGADO DE 3A. CLASSE	83,550.19
DELEGADO DE 4A. CLASSE	75,195.17

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993

TABELA XX

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
100	68,818.66	71,063.62	73,391.39	75,804.88	78,307.26	80,901.89	83,592.05
101	75,804.88	78,277.75	80,841.82	83,500.33	86,256.73	89,114.77	92,272.15
102	83,592.05	86,318.95	89,146.42	92,078.02	95,117.58	98,269.21	101,947.54
103	92,272.15	95,282.20	98,403.27	101,639.29	104,994.48	108,473.37	112,732.20
104	101,947.54	105,273.22	108,721.56	112,296.98	116,003.90	119,847.57	124,552.98
105	112,732.20	116,595.21	120,600.52	124,753.35	129,049.18	133,492.94	138,152.92
106	124,552.98	128,616.08	132,829.04	137,197.16	141,726.14	146,422.09	151,088.90
107	138,152.92	140,915.98	143,734.30	146,608.99	149,541.17	152,531.99	155,582.63
108	153,088.90	158,448.90	163,985.83	169,737.32	175,700.66	181,883.71	188,294.58
109	155,582.63	159,472.19	163,459.00	167,545.47	173,409.57	179,478.90	185,760.66
110	188,294.58	190,177.52	192,079.30	194,000.09	195,940.09	197,899.49	199,878.49

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993

FUNCOES GRATIFICADAS

F.G.	VALOR
10	79,951.39
9	69,957.47
8	59,963.55
7	49,969.62
6	47,073.64
5	37,658.92
4	34,538.23
3	27,630.58
2	16,909.83
1	11,273.22

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993

CARGOS DE CONFIANCA

CARGOS CONF.	VALOR
10	180,294.58
9	155,582.63
8	153,088.90
7	138,152.92
6	124,552.98
5	112,732.20
4	101,947.54
3	92,272.15
2	83,592.05
1	75,804.88

VIGENCIA: NOVENBRO DE 1993

TABELA XXI

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PAPANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 2

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	36,366.43	37,821.09	39,333.94	40,907.29	42,543.58	44,245.33	46,015.14
202	43,457.89	44,327.05	45,213.59	46,117.86	47,040.22	47,981.02	48,940.64
203	46,015.14	46,935.04	47,874.15	48,831.64	49,806.27	50,804.43	51,820.52
204	48,940.64	49,919.45	50,917.84	51,936.20	52,974.92	54,034.42	55,115.11
205	51,820.52	52,856.93	53,914.07	54,992.35	56,092.20	57,214.04	58,358.32
206	55,115.11	56,217.41	57,341.76	58,488.60	59,658.37	60,851.54	62,068.57
207	58,358.32	59,525.49	60,716.00	61,936.32	63,168.93	64,432.31	65,720.95
208	62,068.57	63,309.94	64,576.14	65,867.66	67,185.01	68,528.71	69,899.29
209	65,720.95	67,035.37	68,376.08	69,743.60	71,138.47	72,561.24	74,012.47
210	69,899.29	71,297.27	72,723.22	74,177.68	75,661.24	77,174.46	78,717.95
211	74,012.47	75,492.72	77,002.57	78,542.62	80,113.47	81,715.74	83,350.06
212	80,264.53	83,183.06	86,177.65	89,366.08	92,674.70	96,103.66	99,640.85
213	85,376.27	92,664.79	96,003.92	99,641.09	103,341.94	107,192.25	111,198.02

VIGENCIA: NOVENBRO DE 1993

TABELA XXII

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PAPANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 3

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	36,366.43	37,821.09	39,333.94	40,907.29	42,543.58	44,245.33	46,015.14
302	42,905.12	43,763.22	44,638.49	45,531.26	46,441.80	47,370.72	48,318.13
303	46,015.14	46,774.39	47,546.17	48,330.68	49,128.14	49,938.75	50,762.74
304	48,318.13	49,115.38	49,925.79	50,749.56	51,586.93	52,438.11	53,303.34
305	50,762.74	51,600.32	52,451.73	53,317.18	54,196.92	55,091.17	56,000.17
306	53,303.34	54,182.85	55,076.86	55,985.63	56,909.40	57,848.40	58,802.90
307	56,000.17	56,924.17	57,863.42	58,818.17	59,788.67	60,775.18	61,777.97
308	58,802.90	59,773.15	60,759.40	61,761.93	62,781.01	63,816.89	64,869.87
309	61,777.97	62,797.31	63,833.46	64,886.72	65,957.35	67,045.64	68,151.90
310	64,869.87	65,940.22	67,028.24	68,134.20	69,088.08	70,055.32	71,054.53
311	68,151.90	69,719.39	71,322.94	73,034.69	74,787.52	76,582.42	78,366.26
312	71,054.53	73,403.40	75,839.51	78,366.48	80,987.84	83,757.63	86,530.00
313	78,366.26	80,986.97	83,705.08	86,524.30	89,448.36	92,509.35	95,626.69

REQUERIMENTO N° 4495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Doutor Heron Arzua, DD. Secretário de Estado da Fazenda para fazer exposição nesta Assembléia Legislativa sobre ampliação da produção de energia no Estado com a venda das ações que o Estado do Paraná detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e objeto do Projeto de Lei n° 655/93 que tramita nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Erondy Silvério, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Costenaro Neto, Paulo Maia, Doutor Rosinha e Renato Adur.

JUSTIFICATIVA:

Na Mensagem do Poder Executivo é ressaltado que o plano de lei consulta aos superiores interesses da Administração, pois com a venda das ações da COPEL os recursos que daí advirem serão investidos no sistema de geração de energia.

Que o Estado do Paraná permanecerá detendo 60% do controle acionário; que as vendas serão lideradas pela BANESTADO S.A. Corretora; que fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações orçamentárias; e dá outras providências sobre vedações de garantias.

Como a proposição envolve matéria de alta indagação quanto aos aspectos administrativo e financeiro, uma exposição do Senhor Secretário da Fazenda por certo terá o condão de desfazer eventuais dúvidas.

REQUERIMENTO N° 4497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Floriano Marchalek,

ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que dá decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 75 anos, faleceu, nesta Capital, o Senhor Floriano Marchalek, deixando viúva a Senhora Sueli Marchalek.

O extinto era funcionário público federal aposentado.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Floriano.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Marchalek, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 4499

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Tereza Otto, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos que a conheciam.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4502

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento de Janete Terezinha Lima Maëss.

Tratava-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, e que deixou muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos que a conheciam.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4503

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Valdir Cristam, aos 54 anos de vida, deixando viúva a Senhora Doroti Cristam, ocorrido nesta Capital.

Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar, pelo falecimento do Senhor Osmar Schmidt Júnior, ocorrido no último dia 11 de novembro de 1993, no Município de Paranaguá - PR.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Na maioria das cidades brasileiras, no seu sistema de sociedade organizada, as pessoas ficam conhecidas por suas mais diferentes atividades, havendo sempre entre adultos e jovens os que se tornam com o passar dos anos, figuras das mais populares.

O fato é conhecido, pela maneira diária de cada ser humano, suas aptidões, seu relacionamento, enfim uma gama enorme de fatores individuais. Paranaguá, também está dentro desse processo social, diante de suas raízes culturais e como cidade considerada berço da civilização paranaense.

Os clubes se movimentam internamente, buscando sempre levar um pouco mais de lazer a seus associados, as festas familiares se renovam periodicamente, enfim existem nomes, que ficam marcados, guardados, lembrados, recordados, com fatos e passagens pitorescas.

Em cada grupo os fatos se repetem, independente das condições econômicas de seus participantes. É um carisma próprio de cada ser humano.

Alguns até ficam fazendo parte das "Histórias & Estórias", pelos elegantes e discretos fatos ocorridos, servindo como indicativo social.

Nesse metier, a Cidade de Paranaguá durante anos e anos aprendeu a conhecer o

Curitiba, terça, em 16.11.93

Jovem Osmar Schmidt Júnior, conhecido por muitos como "Schmitinho", pela educação com que sempre se apresentou e pelas preservações das amizades que conquistava nas camadas mais diferentes. Um moço que trazia um espírito equilibrado, bom de papo, enfim o companheiro ideal para muitas e muitas pessoas das mais diferentes idades.

Seu desaparecimento do mundo terreno, no último dia 11, deixou uma lacuna, entristeceu a sociedade paranguara e muitos de seus familiares, especialmente seu pai Osmar Schmidt, figura conhecida naquela terra.

Nesse sentido, apresentamos um voto de pesar, e que solicitamos seja enviado para o Senhor Osmar Schmidt (pai), Sandra Mara de Paula Schmidt (esposa) e irmãos, à Rua Manoel Corrêa, 1364 - Bairro Costeira/Palmatal - CEP: 83206-030 - Paranaguá-PR, e extensivo a todos os familiares e parentes, pelo falecimento de Osmar Schmidt Júnior, ocorrido no último dia 11, na Cidade de Paranaguá-PR.

REQUERIMENTO N° 4523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Helcio Gonçalves de Souza, na Fazenda Maristela - Distrito de Barra Preta no Município de Jardim Alegre - PR.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 4527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de pesar, em virtude do falecimento do Senhor Rubens Evangelista de Macedo, Presidente da Seguradora Gralha Azul, ocorrido em Curitiba, no dia de ontem.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 4496

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à Associação Conservacionista de Ponta Grossa - ACPG.

A ACPG, está comemorando seus 20 anos na conservação, manejo e meio ambiente, mantendo-se constante na luta pela natureza e por uma agricultura mais justa no País.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência, a ACPG, em nome de

seu Presidente, o Biólogo Danilo Schiesky, sito à Praça Barão do Rio Branco, 96 - Super Centro Princesa - Sala 20, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paula Freitas pela passagem do seu 29° aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Jorge Jamil Gabardo, ao vice-Prefeito Senhor Adilson Luiz Olivetti, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É possível sentir e viver hoje a transformação de Paula Freitas, com seu crescimento, com seus administradores que estão preocupados e comprometidos com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação incondicional de seu povo exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida de sua população eminentemente trabalhadora.

Portanto, a comemoração dos 29 anos de Paula Freitas é um evento que marca além do seu registro histórico, uma cidade renovada pela fibra do seu povo ao longo de sua história.

Com a visão ampla de seu Prefeito Jamil Gabardo, administrador que não mede esforços para não deixar nenhum setor público sem o necessário atendimento.

Os 29 anos de Paula Freitas serão orgulhosamente comemorados por sua população no dia 08 de dezembro, data magna desse município que olhando sempre para a frente conseguirá, com trabalho e espírito de luta ver o surgimento do progresso.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, representante da região, parabeniza toda a população na certeza de que o progresso é resultado do trabalho diuturno de todos que labutam em prol da grandeza de seu município e do nosso País.

REQUERIMENTO N° 4507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o dote Plenário, votos de aplausos para a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, pelo sucesso do III Congresso Empresarial Paranaense, realizado naquela cidade, no último final de semana.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Além de divulgar a cidade de Paranaguá, no aspecto turístico, o III Congresso Paranaense, levou a debate importantes temas de alcance nacional, com soluções oferecidas a diferentes setores dos Governos.

Foi analisado com propostas positivas, o trabalho incessante que o SEBRAE vem desenvolvendo em todo o território nacional, e os crescimentos ocorridos no Estado do Paraná, com a efetiva participação da classe empresarial, cuja luta destemida e eficaz está sendo reconhecida em todo o Brasil.

Dentro de um contexto significativo, com o oferecimento de detalhes introdutórios, a grande maioria dos participantes, teve oportunidade de conhecer com maior profundidade a realidade do MERCOSUL e suas afinidades no processo de desenvolvimento econômico.

Registra-se ainda, as excelentes condições oferecidas, pelas magníficas dependências do Araucária Mar Hotel, um empreendimento da família Peretti, que está orgulhando todos os que residem em Paranaguá.

Aliado ao fator de organização, elaborado pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, onde a Diretoria Presidida por José Luiz Boabaid, teve uma participação destacada para o sucesso desse conclave, é que registramos o nosso voto de aplauso, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, que pedimos seja comunicado ao Presidente Ilustríssimo Senhor José Luiz Boabaid, à Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP: 83203-420 - Paranaguá, e que cópias desse requerimento sejam endereçadas para: 1 - Federação das Associações Comerciais do Paraná, ao Ilustríssimo Pres. Dr. Verner Egon Schrapp, à Rua XV de Novembro, 621 3° andar - CEP: 80020-310 - Nesta Capital; 2 - Prefeitura Municipal de Paranaguá, Excelentíssimo Prefeito Carlos Antonio Tortato, à Rua Júlia da Costa, 728 - CEP: 83203-060 - Paranaguá; 3 - Araucária Hotel, Ilustríssima Senhora Leida Peretti Iglesias, à Rua Dr. Faivre, 846 - CEP: 80060-140 - (dirigente do Araucária Mar Hotel Paranaguá) Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 4484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor José Mascarenhas Filho, Mui Digno Diretor do DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em Brasília (DF), e ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o cascalhamento e recuperação - em caráter emergencial - da Rodovia BR 153 - Transbrasiliana, no trecho compreendido entre Alto do Amparo e Ventania (principalmente Fortaleza).

Com a aproximação da colheita da safra de soja e trigo, e, sendo o Município de Tibagi o primeiro produtor de soja e o sétimo produtor de trigo do Estado do Paraná, utilizando aquela rodovia para o escoamento da maior parte de sua produção agrícola, as atuais e precárias condições em que se encontra a BR-153, no trecho mencionado, não permitem um fluxo normal do tráfego, ocasionando uma situação insustentável, prejudicando, sobremaneira, os agricultores da região.

Requer, ainda, seja dada ciência do presente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Tibagi - Sr. José Tibagy de Mello e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Aristeu Ribas, Presidente da Câmara Municipal de Tibagi.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 4526

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja oficiado o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que seja dado prioridade na programação de obras do próximo ano da Secretaria, para a pavimentação da rodovia PRT-467, Toledo - Quatro Pontes.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação dessa rodovia é uma velha reclamação da população que se beneficia dela, e essa poderia se beneficiar ainda mais, caso este serviço já teria sido feito. Desse não se exclui o próprio Estado, pois o melhoramento dos meios que permitem e facilitam a atividade econômica, proporciona novo impulso ao processo, o que de via refletirá em melhor produção, conseqüente aumento na arrecadação. Por estas e outras razões, urge a pavimentação dessa via.

REQUERIMENTO N° 4485

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Caritiba, terça, em 16.11.93

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4486

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4487

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4488

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Rondon.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4489

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano,

sollicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4490

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, sollicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4491

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, sollicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4492

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, sollicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Jussara.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4493

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, sollicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4494

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, sollicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial o Município de Icaraima.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4500

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o órgão competente, no sentido de atender o pedido de um integrante da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Conselheiro Carrão, localizada na Vila Sofia, no Uberaba, quanto a colocação do pára-raios dessa escola no seu devido lugar, uma vez que o mesmo encontra-se caído já há algum tempo, sendo prejudicado o seu funcionamento normal.

Pelo fato de esse pára-raios ser indispensável para a escola e para a comunidade, pede-se que as providências cabíveis sejam tomadas o mais rápido possível.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4501

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua C, localizada no Jardim Diamante, quanto a abertura de valetas nessa rua, sendo que não há um local adequado para o escoamento de esgoto e águas. Pedem ainda, que seja colocada lâmpada no poste defronte ao n° 86 desta mesma rua, pois a moradora afirma tem pago a taxa de iluminação, porém já faz 8 meses que a mesma encontra-se queimada. Alegam que as outras ruas do Jardim Diamante estão às escuras, necessitando também de lâmpadas novas.

Pedem que o pedido seja atendido, uma vez que o local à noite tornou-se muito perigoso para toda a população.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando a Construção de um prédio para abrigar a Delegacia de Polícia da Praia de Leste, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Quem conhece, onde está situado as dependências da Delegacia de Polícia de Praia de Leste, sabe perfeitamente que o local contraria todas as normas para um bom serviço policial, no que concerne a parte de localização física, e desempenho na agilidade profissional nas atividades de diligências, flagrantes, etc.

O Governador Roberto Requião, periodicamente faz alardes no sistema de mídia do Estado que: "aqui o Brasil está dando certo".

Os recursos destinados à parte da Secretaria de Segurança Pública, têm condições legais de ser projetado e construído um novo prédio para a Delegacia de Praia de Leste - é uma questão apenas de decisão administrativa.

Nada impede que esse benefício seja levado a milhares de pessoas, e nesse sentido estamos nessa mesma data, enviando através da Assembléia Legislativa (cópia em anexo) uma solicitação ao Prefeito de Paranaguá Carlos Antonio Tortato para que, colaborando com o Governo Estadual, proceda a localização, e posteriormente envie uma mensagem à Câmara Municipal doando um terreno na Praia de Leste, para a construção em epígrafe.

REQUERIMENTO N° 4506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a devida urgência que seja enviado um expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundação Banco do Brasil S/A, em Brasília-DF, solicitando a doação de uma Ambulância ao Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A saúde não manda avisos quando as pessoas irão ficar doentes. Tal afirmativa, de momento parece desconexa ou até mesmo imprópria. Uma realidade angustiante que vive os pequenos municípios que, em função de não possuírem vastos recursos orçamentários, sofrem diariamente com os

Curitiba, terça, em 16.11.93

apelos vindos da população mais carente.

A cidade de Paranaguá, não foge a esse questionamento, e a Prefeitura Municipal no momento, conta somente com uma ambulância em condições de transporte de doentes para a Capital do Estado e outras regiões. Um núcleo habitacional local com mais de 130 mil habitantes, que somados aos demais das 5 outras cidades que compõem a microrregião ultrapassam a casa de 250 mil pessoas. Todo esse volume dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal na área assistencialista da saúde, utilizando-se dos serviços da remoção com a única ambulância.

Diante desses fatos, pedimos que seja enviado, com a maior urgência possível, um expediente ao Presidente da Fundação Banco do Brasil S/A, Ilustríssimo Doutor Alcyr Agostinho Calíari, Edifício Morro Velho - 13° andar - Cep: 70399-900 - Brasília - DF, solicitando a doação de uma ambulância ao Município de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 4508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja autorizado a implantação de um SIATE - Sistema Integrado de Atendimento de Emergência, no Município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Antonio Romero Filho e ao Presidente da Câmara Municipal, José Evangelista de Albuquerque.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A implantação do Sistema Integrado de Atendimento de Emergência - SIATE, em Umuarama é uma necessidade.

Um serviço cuja utilidade tem sido comprovada a cada minuto que uma vida é salva, não pode se limitar a algumas cidades do Paraná, e sim estendido a todos os municípios, se possível. As atribuições do SIATE se compõe:

- Prestar atendimento a pessoas em situação de emergência iniciando-se por vítimas de traumas, garantindo-lhes o suporte básico de vida no local da ocorrência.

- Promover a integração entre as ações de resgate, pronto atendimento e médico-hospitalares, com vistas a melhorias da atenção emergencial.

- Assegurar programas de caráter educativo à população, sobre situações de emergências.

- Prover e assegurar programas de formação de recursos humanos.

REQUERIMENTO N° 4509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "POVO", no Município de Engenheiro Beltrão.

Do aprovado, REQUER comunicação ao Prefeito Municipal José Orlando Romeiro e ao Presidente da Câmara Municipal José Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto "POVO" em funcionamento na Capital, objetiva colocar mais próximos o policiamento preventivo e ostensivo junto às famílias paranaenses.

Equipadas de pessoal treinados para atendimento rápido e eficaz, dotado de um veículo Kombi, uma ou mais motocicletas, rádio comunicador e até telefone celular, as equipes estão espalhadas nos bairros da Capital do Estado.

Esse avançado projeto de proteção ao patrimônio e à segurança do indivíduo e seus familiares deve ser estendida aos demais municípios do Paraná.

Para tanto, requeremos estudos urgentes para que o nosso município também receba uma unidade modular deste.

REQUERIMENTO N° 4510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "POVO", no Município de Mariluz.

Do aprovado, REQUER comunicação ao Prefeito Municipal José Braz Brilhante e ao Presidente da Câmara Municipal Benedito Oscar dos Santos.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto "POVO" em funcionamento na Capital, objetiva colocar mais próximos o policiamento preventivo e ostensivo junto às famílias paranaenses.

Equipadas de pessoal treinados para atendimento rápido e eficaz, dotado de um veículo Kombi, uma ou mais motocicletas, rádio comunicador e até telefone celular, as equipes estão espalhadas nos bairros da Capital do Estado.

Esse avançado projeto de proteção ao

patrimônio e à segurança do indivíduo e seus familiares deve ser estendido aos demais municípios do Paraná.

Para tanto, requeremos estudos urgentes para que o nosso município também receba uma unidade modular deste.

REQUERIMENTO N° 4511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "POVO", no Município de Iporã.

Do aprovado, REQUER comunicação ao Prefeito Municipal Salvador Caetano e ao Presidente da Câmara Municipal Dorival Passarela.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto "POVO" em funcionamento na Capital, objetiva colocar mais próximos o policiamento preventivo e ostensivo junto às famílias paranaenses.

Equipadas de pessoal treinados para atendimento rápido e eficaz, dotado de um veículo Kombi, uma ou mais motocicletas, rádio comunicador e até telefone celular, as equipes estão espalhadas nos bairros da Capital do Estado.

Esse avançado projeto de proteção ao patrimônio e à segurança do indivíduo e seus familiares deve ser estendido aos demais municípios do Paraná.

Para tanto, requeremos estudos urgentes para que o nosso município também receba uma unidade modular deste.

REQUERIMENTO N° 4512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "POVO", no Município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER comunicação ao Prefeito Municipal Antonio Romero Filho e ao Presidente da Câmara Municipal José Evangelista de Albuquerque.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto "POVO" em funcionamento na Capital, objetiva colocar mais próximos o

policiamento preventivo e ostensivo junto às famílias paranaenses.

Equipadas de pessoal treinados para atendimento rápido e eficaz, dotado de um veículo Kombi, uma ou mais motocicletas, rádio comunicador e até telefone celular, as equipes estão espalhadas nos bairros da Capital do Estado.

Esse avançado projeto de proteção ao patrimônio e à segurança do indivíduo e seus familiares deve ser estendido aos demais municípios do Paraná.

Para tanto, requeremos estudos urgentes para que o nosso município também receba uma unidade modular deste.

REQUERIMENTO N° 4513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "POVO", no Distrito de LOVAT - Município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER comunicação ao Prefeito Municipal Antonio Romero Filho e ao Presidente da Câmara Municipal José Evangelista de Albuquerque.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto "POVO" em funcionamento na Capital, objetiva colocar mais próximos o policiamento preventivo e ostensivo junto às famílias paranaenses.

Equipadas de pessoal treinados para atendimento rápido e eficaz, dotado de um veículo Kombi, uma ou mais motocicletas, rádio comunicador e até telefone celular, as equipes estão espalhadas nos bairros da Capital do Estado.

Esse avançado projeto de proteção ao patrimônio e à segurança do indivíduo e seus familiares deve ser estendido aos demais municípios do Paraná.

Para tanto, requeremos estudos urgentes para que o nosso município também receba uma unidade modular deste.

REQUERIMENTO N° 4514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança

Curitiba, terça, em 16.11.93

Pública, no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "POVO", no Distrito de Santa Eliza, Município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER comunicação ao Prefeito Municipal Antonio Romero Filho e ao Presidente da Câmara Municipal José Evangelista de Albuquerque.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto "POVO" em funcionamento na Capital, objetiva colocar mais próximos o policiamento preventivo e ostensivo junto às famílias paranaenses.

Equipadas de pessoal treinados para atendimento rápido e eficaz, dotado de um veículo Kombi, uma ou mais motocicletas, rádio comunicador e até telefone celular, as equipes estão espalhadas nos bairros da Capital do Estado.

Esse avançado projeto de proteção ao patrimônio e à segurança do indivíduo e seus familiares deve ser estendido aos demais municípios do Paraná.

Para tanto, requeremos estudos urgentes para que o nosso município também receba uma unidade modular deste.

REQUERIMENTO N° 4515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "POVO", no Distrito de Perobal - Município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER comunicação ao Prefeito Municipal Antonio Romero Filho e ao Presidente da Câmara Municipal José Evangelista de Albuquerque e ao Vereador Sebastião Calixto Barbosa.

Sala das Sessões, em 16.11.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto "POVO" em funcionamento na Capital, objetiva colocar mais próximos o policiamento preventivo e ostensivo junto às famílias paranaenses.

Equipadas de pessoal treinados para atendimento rápido e eficaz, dotado de um veículo Kombi, uma ou mais motocicletas, rádio comunicador e até telefone celular, as equipes estão espalhadas nos bairros da Capital do Estado.

Esse avançado projeto de proteção ao patrimônio e à segurança do indivíduo e seus familiares deve ser estendido aos demais municípios do Paraná.

Para tanto, requeremos estudos urgentes para que o nosso município também receba uma unidade modular deste.

REQUERIMENTO N° 4516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "POVO", no Distrito de Serra dos Dourados - Município de Umuarama.

Do aprovado, requer comunicação ao Prefeito Municipal Antônio Romero Filho e ao Presidente da Câmara Municipal José Evangelista de Albuquerque e ao Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto "POVO" em funcionamento na Capital, objetiva colocar mais próximos o policiamento preventivo e ostensivo junto às famílias paranaenses.

Equipadas de pessoal treinados para atendimento rápido e eficaz, dotado de um veículo Kombi, uma ou mais motocicletas, rádio comunicador e até telefone celular, as equipes estão espalhadas nos bairros da Capital do Estado.

Esse avançado projeto de proteção ao patrimônio e à segurança do indivíduo e seus familiares deve ser estendido aos demais municípios do Paraná.

Para tanto, requeremos estudos urgentes para que o nosso município também receba uma unidade modular deste.

REQUERIMENTO N° 4520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, solicitando a construção de sistema de galerias pluviais e rede de esgoto em 3000m de vias urbanas, no Município de Prudentópolis.

Tal propositura visa melhorar a qualidade de vida da população, oferecendo água tratada e rede de esgoto a todos os municípios.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, Elias Abrahão, solicitando a ampliação da Escola

Estadual 29 de Novembro, no Município de Araruna.

Com crescimento populacional da zona urbana, hoje a escola não tem mais condições de atender sua clientela, crescendo de 400 alunos aproximadamente para 830 este ano, a escola está funcionando em 03 períodos, com 25 turmas, estando no limite máximo de vagas. Da mesma forma, a cozinha da escola, não tem mais capacidade de funcionamento por falta de espaço físico e está localizada totalmente adversa às condições básicas sanitárias, estão sendo utilizados os bancos para servir a merenda escolar, e duas mesas grandes onde é servido lanche na área coberta, em virtude de não ter sala de aula disponível nesse período.

Neste sentido que essa Secretaria de Estado, avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da TELEPAR, Dr. Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a instalação de um P.S. (Posto de Serviço) nas dependências do Posto Moreira - Br-277, Km-271, no Município de Irati.

Tal solicitação, prende-se ao fato da real necessidade dos contatos telefônicos por aquela comunidade e a carência de um P.S. na localidade.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

1 - Este Tribunal tem convênio e/ou contrato com alguma empresa médica ou algum seguro saúde para o atendimento médico de seus funcionários?

1.1 - Se sim, qual?

2 - Se sim, solicita cópia do processo licitatório.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 4525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, de matéria intitulada "Munhoz da Rocha - vinte anos depois", de autoria do Dr. Antônio Garcia, funcionário aposentado desta Casa, professor de Política e Direito Internacional da PUC e Vice-Diretor do Departamento Cultural da UERJ, publicada no jornal "Gazeta do Povo", edição datada de 12 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 663/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matinhos", com sede e foro na Comarca de Matinhos/Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matinhos, é uma entidade sem fins lucrativos e tem como finalidade o atendimento a problemática que o portador de deficiência enfrenta no seu convívio social, buscando atendê-lo em suas necessidades básicas.

Fundada em 05 de dezembro de 1990, a entidade tem desenvolvido um trabalho eminentemente assistencial conforme consta no respectivo relatório em anexo.

Os membros da diretoria desenvolvem o seu trabalho voluntariamente sem qualquer remuneração, conforme atestado de funcionamento fornecido pelo Juiz de Direito da Comarca de Matinhos/Pr.

Verifica-se que é justo o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da referida entidade, considerando-se que a mesma já reconhecida de Utilidade Pública Municipal, concedida pela Prefeitura Municipal de Matinhos, conforme Lei n° 408/93, em anexo.

PROJETO DE LEI N° 664/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Assistência ao Menor Allan Kardec, com sede e foro no Município de Ubatuba-Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

Curitiba, terça, em 16.11.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Assistência ao Menor Allan Kardec, foi fundada em 14.10.92, e tem por finalidade atender às crianças carentes em suas necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, lazer e convivência social e estender este atendimento às suas famílias.

Tem na prática da caridade como dever social e princípio da moral cristã, como exercício pleno da solidariedade e respeito ao próximo.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e suas atividades são das mais nobres, motivo pelo qual pedimos sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 665/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a denominar "Rodovia Henrique Herwig" o trecho rodoviário que liga Curitiba a Garuva (Divisa Paraná / Santa Catarina).

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Duílio Genari, Élio Rusch, Nilton Barbosa, Colombino Grassano, Orlando Pessuti, Renato Adur, Luiz Carlos Alborghetti, Doutor Rosinha, Paulo Maia e Alceu Swarowski.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei, queremos destinar justa homenagem ao Dr. Henrique Herwig, nascido em 27.11.1911 em Kassel - Alemanha, casado com Mira Anna Augusta, possuía três filhos: Heinz Georg Herwig, Rosemary Herwig e Rolf August Herwig, e falecido no dia 30.05.93.

Henrique Herwig veio ao Brasil com a família em 1924 depois de 1ª Guerra Mundial.

Com pouquíssimos recursos a Família Herwig se instalou como emigrante em terras virgens do Vale do Rio Itajaí, em Santa Catarina.

As dificuldades iniciais foram enormes, pois tiveram que construir sua própria choupana com troncos tirados do mato, plantar as primeiras lavouras para sua subsistência se alimentando principalmente de frutas silvestres e do resultado da caça de animais e aves que na época existia em grande abundância.

Para ajudar a família, Henrique logo aprendeu um ofício, tornando-se pedreiro e carpinteiro na construção de diversas residências que se levantavam na região.

Aprendeu também topografia e assim como agrimensor passava meses demarcando terras no Vale do Rio Itajaí.

Não demorou muito e a vocação principal se fez presente quando como desenhista trabalhou na Prefeitura de Blumenau.

Com esforço próprio e muitas dificuldades acabou se transformando no principal Arquiteto de Blumenau e talvez de todo o Estado de Santa Catarina.

Dotado de rara sensibilidade Henrique Herwig era mestre na elaboração dos mais autênticos projetos de estímulo à construção de obras no estilo germânico suíço. A Prefeitura de Blumenau dentre tantos outros, primam pela beleza sem perder a funcionalidade.

Henrique Herwig foi sem sombra de dúvida um dos construtores da moderna Blumenau projetando-a como um dos mais promissores pólos turísticos da América do Sul.

Afável, seu porte avantajado contrastava com a delicadeza de suas atividades de cidadão, marido e pai de família exemplar.

Procurou com tenacidade e espírito público construir aqui uma sociedade mais humana e justa.

Há pessoas que quando morrem têm o dom de transformar a ausência em permanente e indelével presença, que ficará marcada para sempre nesta rodovia que liga o Paraná a Santa Catarina.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Srs. Deputados a atenção por alguns instantes e que de preferência permaneçam em seus lugares.

Encontra-se nas dependências do Poder Legislativo o Senhor Valderi Vilela, suplente de Deputado que deverá prestar compromisso Regimental para assumir o cargo de Deputado Estadual na vaga deixada pela licença do Sr. Deputado Algaci Túlio por ter assumido no dia 12 do corrente mês o cargo de Secretário Municipal Extraordinária de Assuntos Metropolitanos de Curitiba.

Para acompanhar até este recinto o Senhor Valderi Vilela, designo os Srs. Líderes Partidários, que o conduzirão até esta Mesa de trabalhos, para que o mesmo possa prestar o seu compromisso Regimental. Os Líderes Partidários por gentileza, queiram acompanhar o Deputado Valderi Vilela até este recinto.

Solicito que os Senhores Deputados se coloquem de pé para ouvirem o compromisso Regimental.

O SR. VALDERI VILELA - Prometo guardar as Constituições Federal e Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense, e promover o bem do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

Declaro empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Valderi Vilela na vaga deixada pelo companheiro Algaci Túlio e solicito ao mesmo que tome assento junto à sua Bancada nas dependências desse Plenário.

Esta Presidência comunica ao Plenário, e em especial aos membros da Comissão de Segurança Pública, que tendo em vista o licenciamento do Deputado Algaci Túlio, e em virtude que o mesmo ocupava a Presidência daquela Comissão, a partir de hoje passa a responder pela Presidência da Comissão de Segurança Pública o vice-Presidente eleito pelos membros daquela Comissão, Deputado Luiz Carlos Alborghetti. A partir de agora, o Presidente da Comissão de Segurança Pública é o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que fora anteriormente eleito para ser o vice-Presidente.

No Pequeno Expediente a palavra é concedida ao Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aqui, em homenagem aos médicos da turma de 1968, na Faculdade de Ciências Médicas, hoje Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Portanto, completando 25 anos de formatura. Para comemorar tal evento foi escolhido no último final de semana, como local as dependências da Estância Betânia, no Município de Colombo.

Lá nos reunimos - inclusive eu, é claro, que com muita honra também faço parte da turma de médicos de 1968.

Vinte e cinco anos se passaram. Foram anos de lutas onde o mundo e o Brasil sofreram uma série de transformações que vieram a influir de uma maneira profunda na vida de todos, criando dificuldades sob todos os aspectos e sob outros pontos de vista, principalmente econômica, política e social.

Mas apesar destas barreiras todos souberam superá-las, praticamente todos conquistamos êxitos em seus campos de batalha.

Cabe aqui louvar a Faculdade Católica de Medicina pela excelente formação profissional e moral dada aos seus alunos através de seus professores, inclusive aqueles que já se foram, como o: Professor Basílio Vicente de Castro, Professor Miroszlau C. Baranski, Professor Arley Mell, Professor Arnaldo Moura, e Professor Félix do Rego Almeida, todos de saudosa memória.

Lá estiveram mais de vinte ex-alunos da turma de 68. Para citar, o Aureo, o Penha, o Nigro, o Adolar, o Erol, o Vergara, o Cezar, o Orlando, Celso, Gerd, Almério, Ricardo, Bepinho, Melchiorre, Cabrera, Adel, Fumia, Brorio, Clécio, Fabio e Ari Hiroshi. Não vou citar a lista dos ausentes porque é muito longa. Conosco lá esta-

va o Padre Gustavo nos pesos dos seus ombros, 82 anos, capelão desta Casa, a fim de transmitir a sua palavra, energia e fé para que continuássemos lutando porque o nosso caminho é longo. Muitas encruzilhadas, muitas pedras e espinhos estão pela frente, e muita coisa ainda, graças a Deus, para chegar ao nosso final.

Esta é a minha simples, sincera e justa homenagem que faço, de coração, da Tribuna desta Casa, aos meus afetuosos amigos e médicos da minha turma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Sr. Presidente, adianto que farei uso também do horário da Liderança do PMDB, por concessão do nobre Líder Deputado Renato Adur.

Quero trazer aqui ao Sr. Presidente e aos Senhores Deputados os termos de uma minuta de Representação que devo fazer ingressar junto ao Ministério Público Estadual, nas próximas horas, nos termos seguintes (Lê):

"Ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça

Luiz Henrique Bona Turra, Advogado, Deputado Estadual, com endereço parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao final assinado, requer a Vossa Excelência, mediante representação, que determine as medidas de lei necessárias à responsabilização criminal dos Srs. Paulo Roberto Cordeiro (Engenheiro Florestal, Diretor-Presidente da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, com endereço comercial à Avenida Manoel Ribas nº 115, nesta Capital), Ricardo Weiss Prefeito (Jornalista, Editor do jornal "Correio de Notícias", com endereço comercial à Avenida Marechal Floriano, 1236, nesta Capital), Marcelo Simas do Amaral Cattani (Jornalista, Editor do jornal "Correio de Notícias", com endereço comercial à Avenida Marechal Floriano, 1236, nesta Capital), e Nagib Harmuche (Radialista, Diretor da Rádio Najuá de Irati, com endereço comercial à Rua Dr. Munhoz, 64, em Irati, Paraná), por violação a direito constitucional erigido no art 5º, XII, da Carta Magna e subsequente cometimento do crime de violação de comunicação telefônica previsto no art. 151, parágrafo primeiro, inciso II visto parágrafo terceiro, do Código Penal, pelos fatos e fundamentos seguintes:

E, óbvio atenção especial de sua ira deveria ser o próprio coordenador da Frente em Defesa da TELEPAR, Deputado Estadual Luiz Henrique Bona Turra, justamente liderando parlamentares, dirigentes sindicais e partidários empenhados em fazer apurar

Curitiba, terça, em 16.11.93

crimes contra a Companhia Federal referida e responsabilizar os seus agentes.

Insurge-se neste quadro a escuta e gravação clandestina de telefonema recebido pelo parlamentar, em seu gabinete, do Sr. Nagib Harmuch, diretor-proprietário da Rádio Najuá de Irati, objeto posteriormente de degravação para fins de divulgação e abusiva utilização pelo jornal "Correio de Notícias", do dia 12 de novembro de 1993, exemplar em anexo, de reprodução em fitas que, segundo contido na reportagem, fariam acompanhar suposto dossiê.

5. Prova-se o nexa causal entre as ações e interesses do Sr. Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR, e o cometimento do crime qualificado de violação de comunicação telefônica previsto no art. 151, § 2º, inciso II, na forma qualificada do Código Penal, à vista dos fatos adicionais seguintes:

5.1. A data da divulgação e abusiva utilização, pelo jornal Correio de Notícias, da conversação telefônica entre o parlamentar e o Sr. Nagib Harmuche, diretor-proprietário da Rádio Najuá de Irati, coincidiu com a publicação, por grande parte da imprensa estadual e nacional, de dramática demonstração pública do empresário Luiz Lacerda, da EMBRAENE, desde a manhã do dia anterior. 11.11.93, contra a prática de cobranças de propinas ao setor privado pela Diretoria da TELEPAR, conforme reportagens em anexo.

1. O parlamentar autor da presente notícia formalmente, em 24 de agosto de 1993, à Procuradoria Geral da República, ao Tribunal de Contas da União e à Presidência da República o cometimento, pelo Sr. Paulo Roberto Cordeiro, diretor-presidente da TELEPAR, de gravíssimos crimes contra a Administração Pública Federal e a economia popular.

Em 26.10.1993, o parlamentar requereu à Procuradori Geral de Justiça do Estado do Paraná, protocolado sob nº 003030 a designação de agente especial do Ministério Público Estadual para o acompanhamento de inquérito civil instaurado pelo Ministério Público da União e inquérito criminal instaurado pelo delegado-titular do 1º Distrito Policial da Capital, ambos tendo por objetivo os crimes de que dera anteriormente formal notícia aos referidos órgãos federais.

2. Desde que denunciou, em agosto de 1993, o esquema de corrupção instalado na TELEPAR pelo Sr. Paulo Cordeiro, diversas evidências e indícios conduziram o parlamentar a seus interlocutores à convicção de que os telefones de sua casa e de seu gabinete estavam submetidos à escuta clandestina.

3. A amoralidade das ações do Sr. Paulo Roberto Cordeiro, e o uso dos métodos

mais torpes e vis de intimidação, patenteram-se tanto mais quanto mais delicada e insustentável sua situação política e funcional. A recomendação, pela Procuradoria da República no Paraná, de imediato afastamento da diretoria da TELEPAR, a instauração de sindicância no Ministério das Comunicações e a auditoria na Companhia sob a sua Presidência pelo Tribunal de Contas da União, compuseram o cenário para deflagração pelo Sr. Paulo Roberto Cordeiro de todos os mecanismos de defesa a mão para fazer reduzir o peso das indesmentíveis denúncias de corrupção e fraudes de que é alvo.

Decorre do encadeamento lógico dos fatos que o Sr. Paulo Roberto Cordeiro buscou sufocar o escândalo de que era protagonista com a geração de suposto escândalo contra o parlamentar, mediante a divulgação e abusiva utilização do objeto de escuta e gravação clandestinas.

Nesta manobra, contou o diretor-presidente da TELEPAR com a criminosa colaboração do Jornal Correio de Notícias.

5.2. A autoria da escuta e gravação clandestina vem provada igualmente na edição do dia seguinte ao da publicação inicial, do jornal Correio de Notícias de 13.11.93, quando os editores adulteraram nota oficial do parlamentar, que visava exercer o elementar direito de resposta, suprimindo todas as referências à figura do diretor-presidente da TELEPAR, em explícita e grosseira operação de acobertamento.

5.3 A escuta e gravação clandestinas referem-se, como já se disse, a telefonema recebido pelo parlamentar em seu gabinete, do Sr. Hagib Harmuche, proprietário e diretor da Rádio Najuá de Irati. Ora, o Município de Irati compreende a base pessoal e de interesse políticos do Sr. Paulo Roberto Cordeiro, sendo inclusive sua cidade natal.

A leitura articulada dos fatos e a própria condução que ao diálogo com o parlamentar procurou conferir o Sr. Nagib Harmuche autorizam a conclusão de que esteve diante de ardil adrede e meticulamente preparado, com o objetivo de obter do parlamentar declarações aptas a configurar irregularidades nos meios adotados para a veiculação de suas mensagens radiofônicas.

Impõe-se aqui breve relato dos antecedentes da conversação objeto da escuta e gravação clandestina e de sua subsequente divulgação e abusiva utilização.

O Parlamentar manteve, entre o segundo semestre de 1989, e o primeiro semestre de 1990, programa diário nas Rádios Majuá de Irati, AM e FM e o fez com recursos próprios, na soma de pagamentos mensais no valor aproximado de um salário

mínimo mensal, de que tem recibos.

Em 24 de agosto de 1993, data da instalação no plenarinho da Assembléia Legislativa, da Frente Ampla em Defesa da TELEPAR, que aprovou as representações contra o Senhor Paulo Roberto Cordeiro, diretor-presidente da TELEPAR e também na véspera, o Senhor Nagib Harmuche, diretor-proprietário da referida emissora, telefonou ao gabinete do parlamentar por diversas vezes, até agendar entrevista radiofônica que foi levada ao ar diretamente ao meio-dia, de 24 de agosto de 1993, relativamente às denúncias contra o diretor-presidente daquela estatal.

Dizia o Senhor Nagib Harmuche ter recebido resenha de notícias que periodicamente faz distribuir o parlamentar e que as denúncias contra a direção da TELEPAR eram, na expressão do diretor-proprietário, gravíssimas e de grande interesse para a população de Irati, já que o diretor-presidente da TELEPAR era natural daquela cidade e lá vinha desenvolvendo intensa articulação política.

Dizia mais o Senhor Harmuche, que apresentara há tempos, proposta financeira de veiculação de publicidade à direção da TELEPAR e que até aquele momento não obtivera qualquer resposta, não estando mais disposto a aguardar os resultados da análise pela TELEPAR da sua proposta de veiculação de publicidade.

Adiantou, ainda, que os recursos que vinha recebendo do Governo Estadual eram ínfimos e recebidos com atraso superior a 30 dias, para o que requeria a intervenção do parlamentar junto à Secretaria de Comunicação Social.

Nisto foi orientado por este parlamentar a expor suas razões por escrito em correspondência ao Secretário de Comunicação Social.

O Diretor-Proprietário da Rádio Najuá de Irati assim procedeu, sendo informado que na segunda quinzena de setembro fora emitido pela Secretaria de Comunicação Social parecer pela atualização e recomposição dos valores de mídia técnica correspondentes à veiculação de mensagens institucionais do Governo do Estado, tal se baseando no fato de que controlava em Irati, duas emissoras de Rádio - uma AM e outra FM - não uma, como constava da composição inicial dos valores feitos pela Comunicação Social.

6.3. - Antes disso, em janeiro e em abril de 93, encaminhou o gabinete parlamentar àquela emissora pedido de orçamento para a veiculação de programa radiofônico diário. As respostas do senhor diretor-proprietário da Rádio Najuá vieram formalizadas em dois ofícios e que tenho posse, estimando os custos de inserção em um e meio salário mínimo.

Durante o recesso legislativo de julho, o gabinete parlamentar autorizado por mim, mobilizou-se no sentido de obter inserções gratuitas do programa, inclusive junto à Rádio Najuá.

Os resultados da mobilização foram parcialmente satisfatórios. Sim, pois se, entre o segundo semestre de 1989 e o primeiro semestre de 1990, o então candidato, hoje parlamentar, mantinha programa radiofônico diário em 25 emissoras, hoje, no exercício de mandato, o faz em apenas 09 emissoras de rádio, não estando entre estas a Rádio Najuá de Irati.

Diante de parecer técnico da Secretaria de Comunicação que atualizava e recompunha os valores de mídia técnica de suas emissoras para a veiculação de mensagens institucionais do Governo do Estado e presumidamente estando o Senhor Nagib Harmuche, Diretor-Proprietário da Rádio Najuá de Irati, a desenvolver negociações com a direção da TELEPAR para contratação de publicidade naquela companhia, foi o Senhor Nagib Harmuche criminosamente empregado pelo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, para nova missão, neste momento já com garantia de que a proposta de mídia técnica do governo do Estado seria coberta pela direção da TELEPAR: empregava-se agora o Senhor Nagib Harmuche na tarefa de obter deste parlamentar declaração, segundo a qual a propaganda institucional do Governo do Estado estava condicionada naquela e noutras emissoras a veiculação do programa radiofônico do parlamentar.

A divulgação abusiva e sua utilização do objeto de escuta e gravação clandestina pelo Jornal Correio de Notícias, a mando e no interesse do Senhor Paulo Roberto Cordeiro não apresenta, é muito importante isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não apresenta causa justificadora que a exclua de sua antijuridicidade.

Não há causa justificadora que exclua a conduta do Senhor Paulo Roberto Cordeiro, como também dos editores do Correio de Notícias e assim do Diretor-proprietário da Rádio Najuá, da antijuridicidade que conforma o cometimento de crime e violação a direito constitucional deste parlamentar.

Incorre justa causa para a indigitada ação delitiva. E tal conclusão advém do contido na própria divulgação do objeto da escuta e gravação clandestina.

Sob qualquer perspectiva, não socorre a divulgação o direito de legítimo exercício de jornalismo em caráter investigativo e autêntico, já que exsurge dos fatos noticiados a cabal demonstração de que se esteve diante de ardil destinado exclusivamente a ofender a fé pública deste parlamentar, como também a fé pública da administração.

Curitiba, terça, em 16.11.93

Este parlamentar não está sob investigação administrativa, legislativa, policial, de promotoria, ou judicial de qualquer natureza.

Por outro lado, está o Sr. Paulo Roberto Cordeiro, a cujo mando e interesse se procedeu a escuta e gravação clandestinas com sua subsequente criminosa abusiva utilização, está o Sr. Paulo Roberto Cordeiro neste momento sob investigação administrativa, legislativa, policial, de promotoria e judicial.

A própria reportagem deixa evidente que a propaganda oficial do Governo do Estado jamais esteve condicionada a veiculação pela Rádio Najuá de Irati ou qualquer outra emissora do programa de rádio que produz o parlamentar para contato diário com a população do Paraná e que ao contrário foi o diretor proprietário da referida emissora quem pretendeu ardilosamente estabelecer conexão e condicionamento e isto tendo sido dissuadido em vários pontos da conversação objeto da escuta pronta e incisivamente, pelo Parlamentar, como se depreende da simples e atenta leitura da reportagem".

Há na reportagem, em última análise, como compreendeu o jornalista que reputo crítico às ações do meu Partido e dos interesses do Governo que represento aqui, Luiz Geraldo Mazza, como também do contido na própria reportagem da Folha de Londrina. Há na reportagem e no objeto de escuta o pedido de espaço feito por um representante do povo ao proprietário de uma rádio emissora. E neste pedido, todo o esforço político de argumentação do Parlamentar, estando amparado eticamente na noção do dever, em Kant...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que o horário da Liderança do PMDB está terminando e lhe concede um minuto para terminar o discurso.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Consulto a Liderança do Partido Progressista sobre a possibilidade de fazer uso do Horário da Liderança da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Bona Turra, diante de entendimento mantido com as Lideranças, não mais será permitido a uma Liderança conceder Horário a outra.

Solicito a Vossa Excelência que conclua seu pronunciamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Vou concluir o pronunciamento.

Diz Kant: "A ação moralmente boa, como a ação querida por uma boa vontade é aquela que se realiza de acordo com o dever e

pelo dever" (Crítica da Razão Pura). Isto é exatamente o que se contém no diálogo criminosamente arrancado ao segredo, objeto da escuta e gravações clandestinas, quando afirmei textualmente: "Então, entendo que este programa mais do que o interesse é um dever meu, um dever meu de prestar contas e de esclarecer à opinião pública, sobre o que está ocorrendo."

É assim então, que concluo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, manifestando a minha indignação contra o criminoso e sórdido ato protagonizado pelo Senhor Paulo Roberto Cordeiro e seus comparsas. Evoco, ao final, a propósito desta questão, a lição do jornalista Cláudio Abrahão, quando dizia que: "no Brasil os Partidos pedem desculpas por exercer o poder".

No Paraná, o PMDB exerce em toda a plenitude e a projeção dos seus membros nos meios de comunicação, é decorrência do legítimo exercício do poder. E em uma de suas dimensões, superestrutural, onde se travam as mais decisivas batalhas.

Eram estes os esclarecimentos. Era esta a indignação que devia manifestar ao Plenário desta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk, por 30 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, prezado Deputado Valderi Vilela.

É com orgulho e com satisfação e acima de tudo com alegria, que acredito e tenho a certeza todos os Senhores Parlamentares desta e da legislatura passada, o recebem com os braços abertos e tenho a certeza que, uma vez mais este Paraná terá na sua pessoa, nos seus atos, na sua voz, na sua presença nesta Casa, mais uma mão amiga. E, principalmente, uma presença nos reclamos de interesse da família do Paraná.

Senhor Presidente, registramos também, a presença do Presidente do PDT, João Soares, de Cândido de Abreu, juntamente com o Vereador Raimundo Moro e ainda o Presidente do Sindicato Rural, Romiro Bagio, acompanhado de Rodolfo e de Silvério, que são os companheiros agricultores daquele grande quadrante do Estado do Paraná - que é o início do Vale do Ivaí.

Mas, Senhores Deputados, o que nos traz, na tarde de hoje, é o encontro de Governadores, Deputados Estaduais, Presidentes de Associações de Municípios, que foi realizado nos dias 11 e 12 últimos, com a presença, em nível de Paraná, do Governador em exercício, Mário Pereira, comandando a nossa delegação, que era com-

posta pelo Presidente desta Casa, ilustre Deputado Orlando Pessuti; o nosso companheiro, Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, Toti Colaço; o companheiro Secretário - atual Deputado licenciado - Algaci Túlio; e esse que vos fala. Tivemos a presença ainda, da orientação técnica do Professor Doutor Nildo Von Lübke, da Presidência do mesmo Bloco Municipalista desta Casa; do Doutor Harry Avon; do Jornalista Paulo Gomes; representando este Estado. Ainda, com a presença de 22 Senhores Governadores: do Paraguai, da Argentina e do Uruguai, aonde os temas da criação de um Fórum Municipalista do Sul, articulando os interesses comuns dos Municípios e dos Estados do Sul do Brasil; e uma proposta de uma interiorização da Rodovia do MERCOSUL, ligando São Paulo a Buenos Aires.

E lá, na presença de todos, com a imprensa nacional e estrangeira ali presente, vimos que realmente nós, do Paraná, necessitamos, com o Governo do Estado e com as comunidades que todos os Senhores representam, andar um pouco à frente daquilo que o Rio Grande hoje já está realmente com alguns pontos acima do Estado do Paraná.

Uma proposta feita com um tema elaborado, realmente muito bem municiado pela grande e valorosa Bancada, representativa pelo Senhor Governador, e a Bancada do Rio Grande do Sul, defendia esse eixo Buenos Aires/São Paulo, fazendo com que o seu traçado não fosse aquele traçado original proposto pelo MERCOSUL, fazendo com que toda a linha litorânea, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, fosse desafogar realmente nos Estados, ou nos Países vizinhos ao nosso.

Demonstravam eles, através de estudos e análises feitas tecnicamente pela Universidade de Santa Maria, de que todo o interior do Rio Grande do Sul se canalizou social e economicamente para a faixa litorânea, fazendo com que a faixa do interior ficasse como se encontra, desassistida e, principalmente, economicamente muito mais fraca do que o Estado original do Rio Grande do Sul de 40 anos atrás.

Estendeu a Universidade de Santa Maria, e veio a solo paranístico, e demonstrou também que nós, o inchaço feito a nossa Capital, a desenvoltura feita na faixa litorânea do Estado, fez com que aquele Estado realmente quarentão, de 40 anos atrás do Paraná, fosse ele imigrado a outros quadrantes do Estado e ficassemos nós com um vácuo no meio do Estado do Paraná. Demonstravam eles ainda, através de técnicos, de números e de um levantamento sócio-econômico muito bem elaborado, de que a melhor maneira do MERCOSUL ser as-

sentado aos Países co-irmãos, seria tirarmos da faixa litorânea e transportarmos para o interior do Paraná aquela rodovia; que irá ser a redenção dos anos 2000 em diante, e a redenção das famílias descendentes de nós, que hoje iremos gerir a função pública dos Estados, do País, e principalmente, dos Países co-irmãos, para não termos, nas gerações futuras, a cobrança em cima de nós, que já com o fluxo de turista, inchada toda a área litorânea, tanto do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas ainda a trafegabilidade pesada daquelas mercadorias a serem comercializadas entre os Países, iria ter realmente o que seria impossível que fosse o trânsito de veículos nessa faixa litorânea.

Por isso, com incisão, com determinação, nós tivemos nesta proposta da interiorização do eixo rodoviário São Paulo/Buenos Aires, onde demonstra através de tudo aquilo que realmente é a verdade ao nosso Estado e a outros Países, teve a presença da Bancada do Paraná, na voz que lhe era de direito a ele assegurada, como Presidente desta Casa ao nosso Governador Mário Pereira como governante deste Paraná fazemos com que através daquele estudo elaborado, tecnicamente levantado, justificado em tudo, por ninguém realmente contestado, somente na pessoa do nosso Presidente e do nosso Governador onde a linha e a diretriz que traçava o eixo de Concórdia-União da Vitória-Curitiba, fazendo a nossa saída do MERCOSUL por Registro, fosse pela Bancada do Paraná insistentemente marcada também com a posição política de que desfruta os seus mandatos que possuem Mário Pereira e, principalmente, o nosso presidente da Casa Orlando Pessuti que demonstrava que esta linha poderia ser melhor abrangente e economicamente muito melhor ao nosso Estado, que fosse desviada do eixo onde União da Vitória, passasse por Irati, estendesse a Ponta Grossa e saísse por Itararé e onde seria a convergência melhor para os interesses do nosso Estado, proposta esta defendida por Pessuti, amparada pelo Deputado Toti Colaço e este Deputado e, ainda, Algaci Túlio na presença dos governadores presentes fosse ela inserida realmente nos trabalhos desenvolvidos naquela reunião.

Não poderemos nós, Senhores Deputados, deixar passar em branco este Paraná, a estes convidados que aqui se assentam, a este Deputado, ex-Deputado Valderi Vilela que toma assento nesta Casa novamente e que vem se somar conosco, a esta imprensa credenciada para que ficasse patente que aquela brilhante conquista que teve esta Casa associada aos nossos irmãos catarinenses pela não-divisão do Paraná, pela não-criação do Estado do Iguçu, tem o Pa-

Curitiba, terça, em 16.11.93

raná hoje com a mão amiga do Rio Grande do Sul, com a mão amiga de Santa Catarina, com os nossos irmãos do Paraguai, com nossos irmãos argentinos, com nossos irmãos uruguaios que estão dando uma mostra de que realmente o entendimento e principalmente a vontade de acertar é que fazem homens públicos desta Nação e deste mundo permitindo que gerações futuras sejam atendidas.

Num estudo sócio-econômico demonstra a economia a ser feita, com uma abrangência da área a ser percorrida, pelo direcionamento econômico a ser novamente demonstrado não só em números mas demonstrado no assentamento desta rodovia do MERCOSUL de São Paulo a Buenos Aires trará o que se chama de "ramal da fome"; do nosso companheiro Toti Colaço, aquilo que deu a este Estado Norte e Novo a todos os instrumentos de que hoje dispõe... Se hoje temos uma Londrina boa, se temos uma Maringá forte, se temos um Norte do Paraná pujante é graças ao Sul do Paraná que foi o berço da exploração deste Estado e o sustentáculo econômico deste Paraná.

Tem Toti Colaço não só o nosso apoio mas o apoio de todos os presentes naquela reunião, dando a este Paraná, ao interior do Estado, um interior tão sofrido, tão marginalizado realmente a redenção econômica a milhares e milhares de famílias que haverão de ter com esta rodovia novamente o seu assentamento e o seu meio de sobrevivência a si e a seus descendentes.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos em mãos a proposta de interiorização dada pelo eixo rodoviário São Paulo-Buenos Aires, temos em mãos realmente aquilo que a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa vira complementar os dados necessários para mostrar realmente que a representação deste Paraná, nós que lá estivemos representando todos os Senhores, haveremos de trazer a este Paraná aquilo que realmente ele merece, nas mãos do nosso Presidente que foi o porta-voz da reunião, do nosso Governador que tem o interesse, para todos os paranaenses e, principalmente a todos nós desta faixa do Paraná que haveremos de devolver realmente a situação tirada há muito tempo.

O Sr. Toti Colaço - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Queria cumprimentar o ilustre Parlamentar, Deputado Luiz Carlos Zuk, pelo pronunciamento e também pelas informações que traz à nossa Casa, por ocasião da nossa estada em Florianópolis, acompanhando o nosso Presidente, Orlando Pessuti, e também o nosso Governador Roberto Requião, e dos Deputados os quais o Deputado Zuk aca-

bou de relatar, principalmente o Deputado Algaci Túlio e registrar é claro que a presença do Paraná nesses Encontros, nesses Fóruns de Debates, quando se discute o MERCOSUL, principalmente, é de grande importância.

A presença da representação desta Casa e principalmente do nosso Presidente, quando o Rio Grande do Sul colocava esta proposta da estrada, da rodovia do MERCOSUL, ligando São Paulo a Buenos Aires, numa explanação que durou mais de 30 minutos, ou 40 minutos, tão logo concluída aquela explanação feita pelas Lideranças do Rio Grande do Sul, o nosso Presidente imediatamente utilizando-se da sua presença do cargo que ocupava fez essas colocações em nome do Paraná.

E Vossa Excelência, Deputado Zuk, coloca com muita propriedade e com muita justiça quando fala do Sul do Paraná, quando fala que toda a região centro-sul, principalmente a região de Imbituva, Irati, Rebouças, Rio Azul, Malet, Paulo Frontin e assim por diante, que tida até, há não muito tempo, como ramal da fome, e ao que nós sempre contestamos estas colocações, mas que na verdade não podemos deixar registrado de que ficou ao longo do tempo marginalizado durante todo o processo econômico e avanços que o Paraná teve nestas últimas décadas.

E esta estrada ligando São Paulo, via Itararé, Ponta Grossa, Imbituva, Irati, rumo a União da Vitória, evidentemente que além de encurtar a distância, fará com que automaticamente a economia do Sul do Paraná, principalmente, possa ser reaquecida de uma forma muito mais vibrante.

Os meus cumprimentos a Vossa Excelência pelos esclarecimentos, pelas explicações, retratando tudo aquilo que aconteceu naquela importantíssima reunião que aconteceu em Florianópolis na semana passada.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradecemos o Deputado Toti Colaço e queríamos tão somente transmitir a esta Casa alguns pequenos dados com relação a essa rodovia do MERCOSUL. Se ela fosse feita no seu plano original, pelo litoral, pela faixa litorânea, ela teria um custo de "xix" bilhões de dólares.

Por esta faixa descrita pela Universidade de Santa Maria, fazendo este novo traçado, ela iria ser economicamente bem mais viável e quase que a metade do seu preço reduzido.

Ainda agora com esta Emenda e com esta proposta do nosso Presidente e do nosso Governador, representando esta Casa e os interesses do Paraná, aonde nesta Casa nós representando de perto os interesses de Antônio Annibelli, e ainda mais do nosso

1º Secretário que tem a sua base na Cidade de União da Vitória, nós presenciamos que o Rio Grande do Sul conhece bem de perto realmente a estatística, os números e a família do Paraná muito melhor do que nós outros que moramos, nascemos e vivemos neste Estado.

Nesta proposta de interiorização, além da renda per capita, além da evasão de domicílio, além da falta econômica que faz o assentamento dessa rodovia nesse quadrante do Estado, demonstram os irmãos do sul de que é este o caminho a ser desenvolvido por todos nós que realmente gerenciamos interesses do Paraná.

Além da economia, além do levantamento sócio-econômico que irá ser novamente desenvolvido, além de tudo aquilo nós presenciamos uma coisa mais: falta a nós, nós que representamos o povo, realmente estarmos mais presentes em todas as oportunidades que são reclamadas as presenças dos Senhores Parlamentares desta Casa.

Por isso as outras reuniões conclusivas que serão feitas em Porto Alegre no próximo dia 24 de novembro, lá estaremos, Srs. Deputados, defendendo os interesses do Estado, lá estaremos com o Presidente Pessuti, com o nosso Presidente do Bloco Municipalista Toti Colaço, realmente defendendo os interesses daqueles Presidentes de Associações de Municípios do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e dos três Estados que lá estiveram.

Estaremos presentes, também, na reunião em Campo Grande no dia 06 de dezembro aonde é a parte conclusiva. Porque veja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguém pode não saber o que realmente lá testemunhamos, se não comparecêssemos, e a Banca do Paraná não batesse o pé e mostrasse que realmente a faixa litorânea já está congestionada, que a duplicação Curitiba-Florianópolis, que a nossa duplicação a ser feita e concluída, acredito que não nesse Governo, mas no próximo Governo, não irá resolver o MERCOSUL.

Foi o Paraná que realmente demonstrou junto com os nossos outros participantes que nós haveríamos de mudar esse traçado, e foi o Paraná junto a Universidade de Santa Maria que elaborou aquela proposta originária deste Poder, na palavra do Pessuti, quando ele dizia em reunião anterior há muitos e vários meses atrás, em que nós estivemos presentes, que pela faixa litorânea seria impossível o MERCOSUL fazer o ponto as suas mercadorias.

E a proposta, Toti - você estava conosco naquela hora - foi somente uma intenção do Paraná, naquela hora foi somente uma proposta àquela Assembléia dos Líderes reunidos, e agora, depois de várias reuniões temos em mãos, não a proposta, não a idéia, mas realmente a rea-

lização que vai ser feita da interiorização do eixo rodoviário São Paulo-Buenos Aires. Nesta proposta, mais uma vez a mão do Paraná, pegando União da Vitória, Curitiba, Registro. Nós mudando União da Vitória, Irati, Ponta Grossa e Itararé fazendo com que se devolva ao Norte Pioneiro, ao Sul do Estado e outro quadrante do Paraná aquilo que realmente ele contribuiu muito com esse Estado.

Quero deixar registrado aos Anais desta Casa, um cumprimento, não só à representação, mas um cumprimento à participação decisiva não de nós, mas do Governador Mário Pereira e do Presidente da Casa, Orlando Pessuti que vai ser memorável às gerações futuras o engrandecimento desse Estado e o soerguimento realmente, economicamente a todos nós que indiretamente seremos envolvidos naquilo que o nosso irmão cresce a nossa família também participa.

Parabéns Toti. O Bloco Municipalista dessa Casa aonde todos os Senhores que têm interesse no Município fazem parte, mais uma vez esteve presente a Associação dos Municípios do Paraná na pessoa do seu Presidente, lá esteve presente dando mostras que realmente neste Paraná, indistintamente de Partido, seja qual for o Partido, a briga lá foi a briga do interesse da família paranista.

Parabéns Srs. Deputados, parabéns a esse Parlamento, e parabéns ao Governo do Estado representado pelo Mário Pereira que deu mostras que antes de ser partidário ele é mais Paraná de coração e de ação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passamos ao Horário das Lideranças.

PP.

(Declina).

PL.

(Declina).

PT.

(Declina).

PDT.

Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nesta tarde, queremos, em nome da Bancada do PDT, por não termos tido a felicidade de estar presente também na solenidade ocorrida na última sexta-feira na Prefeitura de Curitiba, em nome dos seus companheiros de Bancada, desejar ao companheiro Valderi Vilela, votos de sucesso e a certeza de que com a sua vinda a este Parlamento, mais uma vez, ganha este Poder Legislativo, ganha o nosso PDT do Paraná e ganha, com certeza, com o trabalho sério, competente e consciente que tem feito aqueles que aqui têm feito oposição; uma oposição consciente, transparente, voltada

Curitiba, terça, em 16.11.93

para os interesses do Paraná. Seja bem vindo, companheiro Valderi Vilela.

Já havíamos deixado registrada a nossa preocupação em relação à situação que está posta à nível de Brasil e com certeza esta Casa esse exemplo não tem dado

Temos aí um compromisso muito sério em relação também ao orçamento do Estado. Vossa Excelência com a experiência que tem tenho certeza de que se somará às preocupações do povo do Paraná.

Seja bem vindo, companheiro Valderi Vilela, e votos de sucesso, porque tenho certeza de que, assim como tem feito na direção do PDT no Estado do Paraná, há de fazer também pelo nosso PDT nesta Casa.

Queremos também nesta oportunidade, - e não poderíamos deixar passar sem registrar, - a presença do nosso vice-Presidente Regional, Sr. Bragini, que neste momento teve que se ausentar. Homem de uma capacidade e de uma demonstração partidária incontestável pelo trabalho que tem feito a nível do Estado do Paraná.

Se não estivemos presentes naquela oportunidade, na sexta-feira, havíamos também deixado claro que a maioria da nossa Bancada tinha compromisso naquela oportunidade, já registrado anteriormente. Lamentavelmente, não pudemos estar presentes, mas lá esteve o nosso companheiro, Deputado Luiz Carlos Martins, que, com certeza, juntamente com o nosso companheiro Deputado Algaci Túllio e com Vossa Excelência, representaram com brilhantismo o PDT do Paraná.

Queremos também, Sr. Presidente, deixar registrado, estamos encaminhando a esta Casa voto de pesar pelo fato bastante grave acontecido na nossa Região do Vale do Ivaí onde, ontem, num trágico e lamentável acidente, faleceu um grande companheiro do Vale do Ivaí, nosso companheiro Elso da Fazenda Maristela. Temos certeza de que perdeu muito aquela região, perdeu muito aquela pujante Jardim Alegre, perdeu muito a AMUVI e o Vale do Ivaí.

Homem dedicado às causas não só das suas propriedades, mas às causas que envolviam assuntos diversos de Jardim Alegre e do Vale do Ivaí. É lamentável, é um momento de entristecimento para nós do Vale do Ivaí que pudemos conhecer de perto aquela pessoa brilhante e pujante, pessoa que dignificava.

O Sr. Elso representa, neste momento, para todos nós do Vale do Ivaí uma grande perda. Por isto, estamos aqui, neste momento, deixando também registrado, de público, os nossos votos de condolências àquele companheiro, a sua família, porque, neste momento, também estamos entristecidos e chocados com o fato lamentável desta noite na Cidade de Ivaiporã.

Mais uma vez queremos registrar, e aqui já o fizemos na última quinta-feira, a abertura da 7.^a EXPOVALE no Vale do Ivaí que vai até o próximo domingo.

Trabalho brilhante, exemplo de dinamismo da Região do Vale do Ivaí, exemplo da sua força, da sua grandeza. Aqueles que puderam por lá passar, para conhecerem a 7.^a EXPOVALE, conhecerem a pujança do Vale do Ivaí, com certeza, se somarão às frequentes posições que temos tomado nesta Casa em relação ao Vale do Ivaí. Digo isso não só na minha pessoa, mas também na pessoa do companheiro Presidente Orlando Pessuti, do nosso companheiro Costenaro e do nosso companheiro Edson Lino.

Temos certeza de que o Vale do Ivaí é a pujança que está sendo representada através da 7.^a EXPOVALE, através deste trabalho que com certeza dignifica uma das Regiões mais promissoras do Estado do Paraná.

Perdemos sem dúvida um grande companheiro, mas o Vale do Ivaí continua fazendo acontecer e aqui nos somamos neste momento ao brilhantismo de uma exposição e também a tristeza da perda de um grande companheiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados e registra com satisfação a presença neste Plenário, do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, o qual comparece hoje a esta Casa com a missão especial de trazer a nós a Mensagem n° 89/93 que trata do reajuste, a partir de 01.11.93 dos níveis de vencimentos dos servidores do Estado do Paraná.

Solicito ao 1° Secretário, Deputado Heinz Herwig, que faça a leitura da Mensagem n° 89/93, para que possa constar como lida no Expediente e a partir daí tramitar pelas Comissões competentes desta Casa a fim de que seja discutida, votada e aprovada no prazo necessário para que os funcionários possam ainda receber os benefícios dessa Mensagem no seu contracheque de novembro.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Lê a Mensagem).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedemos a palavra ao Deputado Mário Bezerra, no Horário da Liderança do PTB.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente e Srs. Deputados.

Lamentavelmente no preâmbulo de nossa fala queremos registrar o nosso protesto pelo achatamento salarial com que o Governo Roberto Requião vem promovendo ao assalariado público. Infelizmente, o Governo do Estado do Paraná, quando a poupança

rende praticamente 41% ele traz uma Mensagem, pelas mãos do Chefe da Casa Civil, reajustando salários em torno de 30 a 35%. É uma vergonha que tenhamos que aceitar esta Mensagem!

Quero registrar o abraço fraternal à Bancada do PTB e dar as boas vindas ao Deputado Valderi Vilela. Tenho certeza de que será um grande guerreiro a fortalecer a Bancada da Oposição, nesta Assembléia Legislativa.

Gostaria, apenas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de tecer alguns comentários com relação ao que se pronunciou hoje, o ilustre Parlamentar Bona Turra, Deputado que sentia-se revoltado pela publicação de um diálogo seu com o proprietário de uma emissora de rádio de Irati.

Quero dizer a Vossas Excelências de que não me espanta que tal acontecimento seja estampado nas páginas dos jornais. Queria simplesmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer respeitosamente ao ilustre Deputado Bona Turra de que o Governo do PMDB, o Governo Roberto Requião é useiro e vezeiro em se utilizar de recursos de publicidade para se auto-promover. Acredito que o ilustre proprietário daquela emissora tenha conversado com o ilustre Parlamentar como poderia ter conversado com o próprio Secretário da Comunicação Social e colocado, de público, o que se acerta a nível de publicidade.

Acredito que o dono da emissora não teve a intenção primeira de fazer contato com Vossa Excelência. Acredito, também, que aquele ilustre radialista gostaria de ter conversado com o próprio Governador, para posteriormente colocar nas páginas dos jornais o que se passa na Secretaria da Comunicação Social.

Estranhei também, Sr. Deputado, a colocação do nome do Superintendente da TELEPAR, Paulo Cordeiro, quando do discurso de Vossa Excelência. Não sei onde coube o personagem da TELEPAR no seu discurso, porque as emissoras de rádio têm equipamentos - mexi com rádio por muitos anos, em minha vida - onde gravam entrevistas para serem veiculadas na emissora, posteriormente. Não houve nada de irregular em gravar uma entrevista, porque acredito que Vossa Excelência não pediu sigilo ao ilustre proprietário daquela emissora de rádio.

Desconheço o teor da entrevista, mas acho perfeitamente natural que emissora de rádio, que repórteres de jornais gravem as entrevistas com as personalidades, para posteriormente fazê-las veicular naquele meio de comunicação.

É de se estranhar que se coloque o nome do Superintendente da TELEPAR nesse jogo, onde o dono da emissora fez publicar no Correio de Notícias, que eu li a notí-

cia, e na Folha de Londrina. Tudo para Vossa Excelência, infelizmente eu tenho que dizer, é o Senhor Paulo Cordeiro.

A TELEPAR, pelo o que eu saiba, não autoriza ninguém a gravar ninguém. Gravações sigilosas são efetuadas mediante autorização judicial, mas os veículos de comunicação têm liberdade de colocar no ar aquilo que ele faz de entrevistas com políticos, com autoridades de outras áreas.

Lamento também profundamente, que a TELEPAR, que é uma empresa exemplar a nível de Brasil, tenha o seu nome estampado nas páginas dos jornais constantemente, em virtude de pronunciamentos, as vezes sem consistências de denúncias e irregularidades. É necessário se fazer a denúncia, se trazer as provas, se levar à justiça; e não simplesmente se levantar questões por meros interesses políticos partidários.

Todo mundo sabe que a TELEPAR é uma instituição do Governo Federal e não é do Governo do Estado, e como o Governo do Estado não tem o que apresentar, ele busca a mídia através de achincalhes, através de denúncias que às vezes são infundadas.

É necessário que a Assembléia se levante, porque eu sou um dos Deputados que mais levanto questões contra o Governo do Estado, que infelizmente não têm passado, porque a própria Bancada do Governo atrapalha a tramitação das instalações das CPIs e das denúncias da oposição. É necessário que seja fundamentada, porque todas as denúncias que nós trazemos desta tribuna são fundamentadas, mas infelizmente não passam.

O Deputado Luiz Henrique Bona Turra, o qual eu respeito como Parlamentar, que tem defendido às claras os seus pontos de vista, nas emissoras de rádio, de televisão e de jornal, esses veículos de comunicação, eles têm a liberdade de divulgar o que um Parlamentar lhes diz.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Mário Bezerra, é importante que nós possamos distinguir a questão substantiva da processual. O artigo 5º, inciso 12 da Constituição Federal, erige o princípio do direito à privacidade, ao segredo, ao sigilo e ao resguardo das comunicações telegráficas e telefônicas como princípio pético, só podendo ser quebrado mediante expressa ordem judicial. Também o código penal brasileiro diz de crimes não relativamente à escuta e sigilo clandestinos, e gravação clandestina; mas diz de crime nas hipóteses de divulgação e utilização abusivas de objeto de escuta e gravação clandestinas. Tal é, Deputado Mário Bezerra, à parte as divergências que aqui mantemos, a questão que deve ser objeto

Curitiba, terça, em 16.11.93

principal da nossa atenção. Já disse, e encaminhei a Vossa Excelência, como também aos demais Parlamentares, inteiro teor da representação que faço ingressar junto ao Ministério Público Estadual, junto ao Procurador Geral de Justiça.

Não está este Parlamentar sob investigação de nenhuma ordem, não há ordem judicial para quebra do seu sigilo telefônico, e o crime é tanto grave quanto o seu cometimento é qualificado por agente do Estado encarregado de cuidar e preservar pelo serviço de telecomunicações. Há todo o encaminhamento lógico, há toda uma leitura articulada que autoriza...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que o horário do PTB está terminado. Concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - ...nós estamos diante deste grave crime não apenas contra este Parlamentar, mas contra o próprio Poder Legislativo, porque é inadmissível que agentes criminosos, identificados ou não, submetam o conjunto dos agentes e representantes do povo à escuta e gravações clandestinas e depois propedam a divulgação e utilização abusivas, sem justa causa, porque não há em todo o teor, e Vossa Excelência tomará conhecimento do inteiro teor... (vozes paralelas) ...não há justa causa, caro Deputado Mário Bezerra, para sua divulgação.

Estivesse aquele radialista sujeito à tentativa de extorsão, estivesse aquele jornalista sujeito a coação ou qualquer outra das formas mais graves do que a quebra de sigilo telefônico, haveria justa causa para a revelação e quebra do segredo.

Não há justa causa e estamos diante de gravíssimo crime que ofende direito constitucional meu, como cidadão, e que ofende também a integridade que deve ser assegurada ao exercício das funções parlamentares nesta Casa.

E se estivermos diante de um ardil de que pode ser vítima qualquer dos agentes desta Casa, e acredito que Vossa Excelência, refletindo sobre esta matéria fará também desta tribuna, como também na sua ação parlamentar o repúdio, a vil, a infame, e criminosa ação de que fui vítima nesse episódio.

Era o esclarecimento, e agradeço o aparte a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concede-lhe um minuto para concluir o pronunciamento.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu só quero dizer ao Deputado Bona Turra que em qualquer entrevista que eu tenho com emissoras de rádio, televisão ou jornal, em meio as palavras, para num futuro próximo eu não estar caindo no ridículo de ter feito alguma coisa que seja antiético.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Não se tratava de entrevista. Era uma conversação telefônica entre...

(Conversas paralelas)

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, apenas para encerrar, eu gostaria de deixar bem claro de que o Governo do Paraná, na proporção do que ele gastou em 91, hoje eu acho que pelos 40 milhões de dólares que ele queima na mídia estadual para se auto promover, contar mentiras, histórias de fatos irreais, enquanto que determinadas emissoras do interior do Paraná são obrigadas, com minguaos 8 mil cruzeiros, a divulgar programas diretos do Governo do Estado do Paraná.

Infelizmente nós temos que aceitar este tipo de coisa, porque não há maneiras pelas quais nós possamos impedir.

O Governo do Paraná, realmente ele tomou conta da mídia estadual, com exceções, é óbvio.

Infelizmente, Deputado Bona Turra, o espaço que se dedica à Oposição no Paraná é pequeno. Se fosse 10% do que se faz para o Governo, o povo do Paraná não estaria creditando ao Governo, Governo Roberto Requião, esses percentuais astronômicos que aparecem nas pesquisas do IBOPE, Data Folha, etc. e tal. Um Governo que nada faz, mas que muito ilude.

Eu gostaria, inclusive, de ouvir a gravação por completo do que Vossa Excelência confabulou com o dono da emissora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PFL.

(Declina)

Esta Presidência solicita ao Líder do PDT, Paulo Maia, que faça a indicação, se for o caso, do Deputado Valderi Vilela ou de quem julgar conveniente, para substituir temporariamente nas Comissões Permanentes desta Casa, o Deputado Algaci Túlio.

Então, solicito a Vossa Excelência que depois formalize a nós para que...

O Sr. Paulo Maia - Nós faremos uma reunião em seguida, Senhor Presidente, inclusive com este objetivo. Até amanhã nós já teremos definidos os nomes. Provavelmente seja o companheiro Valderi Vilela que ocupará o lugar nas Comissões do Deputado Algaci Túlio, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 089/93, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta, a partir de 01 de novembro, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 587/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/93, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD, até o valor de US\$ 130.000.000,00, para financiamento do projeto qualidade de ensino público do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F e C.E.. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Apreciar neste turno as emendas aprovadas em 2ª Discussão.

Iremos apreciar apenas as Emendas aprovadas em 2ª discussão.

Em discussão a emenda nº 01. Aprovada. Em discussão as emendas nºs 2 e 3. Aprovadas. O Projeto irá à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 022/93 de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza a realização de Plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Espigão Alto do Iguaçu, des-

membrado do Município de Quedas do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Substitutivo Geral da C.C.J.. Apreciar neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2.^a discussão. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 439/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a implantar programa de emergência de combate à fome no Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.F., C.O. e C.E.. **Em votação.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Nós apresentamos na última quinta-feira requerimento pedindo que esse projeto ficasse suspenso por uma Sessão, e foi aprovado na Casa, então esse projeto não deveria configurar na Sessão de hoje, e sim na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa foi informada pela Assessoria que acompanhou os trabalhos daquela sessão de que o mesmo projeto não fosse apreciado naquela Sessão.

O SR. PAULO MAIA - Não é esse o teor do requerimento que nós assinamos e que se encontra sob a Mesa.
Não é esse o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Dado a divergência de informações, e até que se esclareça, a Presidência retira da pauta de votação da Ordem do Dia de hoje e reincluirá oportunamente.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 518/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que decreta doação de terreno de propriedade do Governo à Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul - Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 127, de 21.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 518/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre parlamentar Deputado, Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 518/93, ora sendo analisado por este relator, autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Alvorada do Sul, a área de terras sob n° 12, da quadra n° 10, situada à rua Santa Isaura, na cidade de Alvorada do Sul, de propriedade do Governo do Estado, escritura lavrada no livro 437-N, fls. 248 de 25 de julho de 1969, do 7° ofício de Notas de Curitiba, com transcrição n° 3.962, do livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis de Bela Vista do Paraíso.

A área, objeto do presente, mede 15:00 metros de frente, por 40:00 metros ditos

Curitiba, terça, em 16.11.93

de frente aos fundos, contendo uma casa de madeira, havida por dação em pagamento.

No que tange ao aspecto legal, regimental, ou constitucional, nada foi encontrado que pudesse apor dificuldades a sua normal tramitação, e mais, por revestir-se a matéria de cunho meramente autorizatório, levam este relator a emitir o seu parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 518/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 518/93, visa autorizar o Poder Executivo, doar ao Município de Alvorada do Sul, a área de terras sob n° 12, da quadra n° 10, situada à rua Santa Isaura na cidade de Alvorada do Sul, de propriedade do Governo do Estado, com escritura lavrada no Livro 437-N, folhas 248, do Cartório do 7° Ofício de Notas de Curitiba, em 25 de julho de 1969, com transcrição n° 3962, do livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bela Vista do Paraíso, com uma área de 600 metros quadrados, contendo uma casa de madeira.

Do ponto de vista regimental, constitucional e legal, nada existe que possa impedir a sua normal tramitação, visto que o presente Projeto de Lei é meramente autorizatório, e portanto opinamos com o nosso parecer favorável pela sua aprovação, cabendo ao Poder Executivo a decisão final.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 540/93, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Tsuneto Matsubara, a Rodovia PR-519, no trecho entre Bandeirantes e Águas Yara. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 540/93
A Assembléias Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada "TSUNETO MATSUBARA", o Trecho da PR-519, que liga Bandeirantes a Águas Yara.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Nelson Garcia, Heinz Herwig e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

Tsuneto Matsubara, nasceu em 06.05.47, filho de Tabeo Matsubara e Isaura Sakai Matsubara, pioneiros do Norte do Paraná, que aqui chegaram com as primeiras levadas de imigrantes japoneses. A família Matsubara iniciou seus trabalhos na lavoura de café, dedicando-se, posteriormente, ao cultivo do algodão.

Graças a tenacidade de seus descendentes transformaram-se em prósperos empresários no setor algodoeiro e agro-pecuária.

Tsuneto Matsubara foi líder de uma nova geração de descendentes nipônicos, tendo sido diretor financeiro da Algodoeira Matsubara.

O esporte também, contou com sua participação ativa como diretor da sociedade esportiva Matsubara, no início de suas atividades, hoje reconhecida como uma das grandes agremiações esportivas do país.

A morte veio colher Tsuneto Matsubara, em plena atividade, em 24.07.82, quando muito, ainda, tinha a dar ao Estado do Paraná, como empresário e esportista.

Nada mais justo, que atribuir a um legítimo representante da colônia japonesa, o nome da RODOVIA PR-519, que liga Bandeirantes a Águas Yara, como tributo aos que chegaram e ajudaram a construir a riqueza do Norte do Paraná, vindos do longínquo Oriente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 540/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Hermas Brandão, o Projeto de Lei n° 540/93, tem por finalidade denominar TSUNETO MATSUBARA, a Rodovia PR-519, no trecho entre Bandeirantes e Águas Yara.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - RelatorCOMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 540/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Hermas Brandão, o Projeto e Lei n° 540/93, visa denominar TSUNETO MATSUBARA, a Rodovia PR-519, no trecho entre a cidade de Bandeirantes e Águas Yara, prestando uma justa homenagem a um pioneiro e desbravador da região nor-

te do Estado do Paraná.

Esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao analisar o presente projeto de lei, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação, tanto do ponto de vista regimental, constitucional e legal portanto emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 593/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Godoy Moreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 139, de 06.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 593/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 593/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Godoy Moreira.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 595/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI -, de JAPURÁ - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. Publ. no D.A. n° 140, de 07.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 595/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

600/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública o Lar Santo Antônio de Cambé, com sede e foro na Cidade de Cambé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 18.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 600/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto e Lei n° 600/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Lar Santo Antonio de Cambé, com sede e foro na cidade de Cambé.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 615/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Organizada de Maripá - SOMA, com sede e foro na Cidade de Maripá, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 145, de 20.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 615/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 621/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Amparo Cistão e Creche Tia Lana, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 146, de 21.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 621/93

P A R E C E R:

De autoria da Deputada Emilia Belinati, o Projeto e Lei n° 621/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Núcleo de Amparo Cristão e Creche Tia La-

Curitiba, terça, em 16.11.93

na, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os dispositivos legais contidos na Lei 6.994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 626/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim no Município de Santa Isabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 147, de 25.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 626/93

P A R E C E R:

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Guarda Mirim no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Os documentos acostados comprovam, por outro lado, que a Guarda Mirim é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da Diretoria não são remunerados pela sociedade e relevantes. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 632/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 148, de 26.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 632/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Marialva", com sede e foro no mesmo Município.

A referida entidade preenche as normas legais estabelecidas na Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, razão porque inexistente óbice de natureza regimental, legal

e constitucional para seu encaminhamento.

Somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 633/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Entidade Centro Ouro Branco de Assistência ao Menor de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 148, de 26.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 633/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre parlamentar Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 633/93, ora sendo analisado por este relator, declara de Utilidade Pública a entidade Centro Ouro Branco de Assistência ao Menor de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Como resultado da análise proferida, constatou-se estar a referida entidade em perfeita consonância com a legislação pertinente à matéria, Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Tais fatos levam este relator a emitir parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 635/93, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Paranapoema. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 149, de 27.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 635/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Paranapoema.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Cleiton Kielse registra a presença nesta Casa do Dr. Eduardo Erto, Prefeito de Santa Isabel do Ivaí.

Sobre a mesa, Requerimento n° 4484, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4485 a 4494, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4496, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4497 e 4498, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4499 a 4503, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4504 a 4507, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4508 a 4516, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4518, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s. 4520 a 4522, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4523, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4524, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Nilton Barbosa, Paulo Maia e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4525, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legisla-

tiva. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 4526, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4527, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4495, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira dia 17, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 587/93 e do de Resolução n° 022/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 327/91, 399, 509, 518, 540, 593, 595, 600, 615, 621, 626, 632, 633 e 635/93.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 435/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI EM SESSÃO DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1993.

MUNHOZ DA ROCHA - Vinte anos depois
Antonio Garcia

A 12 de novembro de 1973, faleceu em Curitiba Bento Munhoz da Rocha Neto, para nós o maior pensador paranaense do século XX e um dos nossos maiores estadistas.

Queremos destacar aqui o primeiro aspecto da sua personalidade histórica, pois estamos mais familiarizados com o estudo das idéias políticas e filosóficas.

Num debate acirrado, na Constituinte de 1946, com os gigantes do pensamento político nacional, Raul Pilla, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro e tantos outros, Hermes Lima interrompeu abruptamente Munhoz da Rocha, querendo provocá-lo e confundí-lo:

- De quem são essas palavras?

- Essas declarações, nobre Doutor Hermes Lima, são minhas, e foram feitas em proposta a uma "enquete" da imprensa.

Hermes Lima, professor catedrático de Direito da Universidade Nacional e futuro ministro, ignorava a capacidade e o lastro

Curitiba, terça, em 16.11.93

intelectual de quem estava na tribuna, e que era não somente catedrático e por igual, futuro ministro de Estado, mas também seria eleito governador do Estado do Paraná, quase sozinho, sem bancada enfrentando a estrutura e o poder de um grande partido. Estão lá os debates, nos anais da Constituinte de 46, sobre as virtudes e os males do presidencialismo e do parlamentarismo. Quarenta anos depois, foram debatidos, mas com menor brilho, na Constituinte de 88, as mesmas teses e apresentados os mesmos argumentos, culminando em memorável plebiscito nacional.

Mas, que lição estupenda naquela resposta "essas palavras são minhas". Munhoz da Rocha (este era seu nome parlamentar) conhecia muito bem as teorias de Weber, de Marx, e de outros grandes pensadores, mas conhecia muito melhor a nossa história, a nossa sociologia, as nossas instituições e nossa realidade, e tinha um pensamento próprio.

Agora, quero dar o meu testemunho pessoal; na época da elaboração da tumultuada, demorada e dispendiosa Constituinte vigente (ver Alaor Barbosa, "Meu Diário da Constituinte", Brasília 1990), a Fundação Getúlio Vargas promoveu no Salão Nobre, superlotado, do Copacabana Palace Hotel, a gravação dos depoimentos de constituintes de 46 ainda vivos.

Gilberto Freyre declarou enfaticamente: "Eu e Munhoz da Rocha fomos os relatores do Título V que trata Da Ordem Econômica e Social". Sim, meus caros e eventuais leitores; eu vi e ouvi perfeitamente. Fiquei entusiasmado, em nome dos admiradores de Bento Munhoz.

Este depoimento é de suma importância para nós, paranaenses. Vamos esquecer pequenos ciúmes, inimizades, ideologias, malevolência, inveja e outros sentimentos negativos.

Como admirável figura humana, Bento Munhoz é bastante e justamente reconhecido pelos seus antigos alunos da Federal e da Católica. Mas não devemos nunca deixar de reconhecer o seu desempenho na Câmara Federal, como tributo ao homem de pensamento, à sua capacidade de síntese, revelada na elaboração da Constituinte de 46: "A ordem econômica deve ser organizada conforme princípios da justiça social".

- "O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social". A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico". "A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas".

E assim estabeleceu preceitos sobre a legislação do trabalho e a da Previdência Social, atualizando e aprimorando a legis-

Curitiba, terça, em 16.11.93

Pág. 41

lação do Estado Novo de Getúlio Vargas sobre o salário mínimo, sobre o salário do trabalho noturno, sobre a duração diária do trabalho, o repouso semanal remunerado, as férias anuais remuneradas, o trabalho de menores, o direito da gestante, a estabilidade na empresa, a assistência médica ao trabalhador.

Vinte anos depois, esta é a nossa ho-

menagem, e saudade ao mais completo parlamentar paranaense, que aliava a formação clássica e o conhecimento da História comparável ao de um Afonso Arinos a uma aguda sensibilidade social, bem como a capacidade de entender os fenômenos políticos e econômicos no Brasil e no mundo.

Antônio Garcia é professor